



PUC

FLÁVIA CHIAPETTA DE AZEVEDO

**O DIAGNÓSTICO E A CLÍNICA DO AUTISMO
SOB UMA ÓTICA PSICANALISTA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

23 de agosto de 1996

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

N N.Cham. 150 A994d TESE UC

T Título O diagnóstico e a clínica do autismo sob uma ótica psicanalítica



Ex.2 PUCB

0099916

Flávia Chiapetta de Azevedo

O DIAGNÓSTICO E A CLÍNICA DO
AUTISMO SOB UMA ÓTICA
PSICANALÍTICA

Dissertação de Mestrado

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1996.

Flávia Chiapetta de Azevedo

O DIAGNÓSTICO E A CLÍNICA DO AUTISMO
SOB UMA ÓTICA PSICANALÍTICA

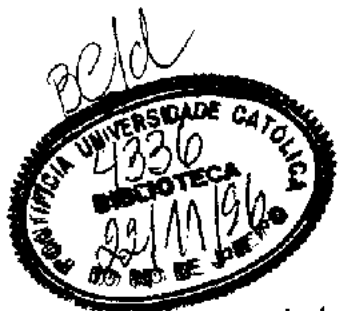
Dissertação apresentada ao
Departamento de Psicologia da
PUC/RJ como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Orientadora: Terezinha Féres
Carneiro.

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 23 de julho de 1996.

AC: 68940

Ve - 67548 - 9



99916

150
A 994d
TESE VE

A Fred, meu querido primo

in memoriam

Meus agradecimentos

a Terezinha Féres Carneiro, orientadora da dissertação, pelo apoio e confiança depositada.

a Luciano Elia, pelos comentários preciosos.

a meus Pais e a meu Irmão, minha família, que me ensinou a amar, a sonhar, a dançar...a viver.

as amigas Ana Cláudia, Rita, Paulinha e Déborah, pela colaboração, carinho e amizade.

a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos recebida durante o curso.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar o diagnóstico de autismo atribuído a determinadas crianças e a direção do tratamento feito a partir deste diagnóstico. Na vertente psicanalítica que enfatiza o desenvolvimento humano, o autismo é considerado como um desvio do curso normal do desenvolvimento, devido à um fracasso na relação mãe e bebê. Em outra vertente psicanalítica - a saber, a leitura que Lacan fez da obra de Freud - a discussão sobre o diagnóstico de autismo é encaminhada a partir da idéia de estrutura clínica. Seguindo essa concepção, concluímos que o autismo está situado no campo das psicoses, tendo como referência o mecanismo da forclusão do Nome-do-Pai. Nesse caso, a condição necessária para a direção do tratamento é que a criança autista venha a produzir um certo distanciamento entre ela e o Outro. Indaga-se, a partir disso, a posição possível para o analista.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate the diagnosis of infantile autism and its ensuing treatment. The branch of psychoanalysis that highlights the human evolution views autism as a deviation of the normal course of evolution, due to a failure in the relationship between the mother and her child. Another branch of psychoanalysis, namely Lacan's reading of the Freudian work, views the autism diagnosis under the light of clinical structure. Following this latter approach, we may conclude that autism finds its place in the field of psychoses having the mechanism of foreclosure of the Name-of-the-Father as its reference. Therefore the necessary condition for the orientation of the therapy is that the autistic child produces a certain differentiation between herself and the Other. Based on these points this dissertation also looks for a possible place for the analyst in the treatment of autistic children.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I: O AUTISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA RELAÇÃO DE OBJETOS.....	09
Capítulo II: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA TEORIA LACANIANA: ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO.....	37
Capítulo III: O AUTISMO NA TEORIA LACANIANA.....	57
Conclusão.....	90
Bibliografia.....	94

"A clínica analítica de crianças autistas parece trazer uma interrogação sobre o que pode estar recoberto pelo conceito de autismo" (Koehler, F., [1983-88], 1991, p.73)

INTRODUÇÃO

Esta interrogação, apresentada por Françoise Koehler, despertou-nos grande interesse a partir de nossa experiência clínica no Hospital Dr. Philippe Pinel, e foi o que nos impulsionou na elaboração desta dissertação.

Neste percurso profissional deparamo-nos com questões referentes ao diagnóstico de autismo atribuído a certas crianças, como também com o direcionamento clínico feito a partir deste diagnóstico. E são essas questões que pretendemos desenvolver nesta dissertação de mestrado.

A questão sobre o diagnóstico de autismo pode ser formulada da seguinte forma: o que deve e o que não deve ser considerado como autismo?

Alguns textos disponíveis na literatura psiquiátrica tentam responder a essa pergunta - referente ao conceito de autismo - a partir de observações fenomenológicas, como podemos constatar a seguir:

Bleuler, em 1911, introduz o termo autismo pela primeira vez, para designar a perda de contato com a realidade em pacientes esquizofrênicos, acarretando uma impossibilidade ou uma grande dificuldade para se comunicar.

É a partir da descrição de Leo Kanner, em 1943, que se depreende a noção de um autismo precoce, com particularidades próprias. O autismo deixa de ser um aspecto da esquizofrenia, para adquirir especificidade clínica.

De forma geral, Leo Kanner (1972) caracteriza como autistas crianças que apresentam incapacidade de se relacionar com pessoas e situações desde o início da vida. São crianças que possuem o olhar ausente e não apresentam movimentos de antecipação; são indiferentes à sua imagem no espelho e utilizam os objetos de forma estereotipada.

Na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID - 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas (1992), o autismo infantil é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento, que se manifesta

antes de três anos de idade. O diagnóstico é atribuído a crianças que apresentam comprometimento qualitativo na integração social recíproca e na comunicação, além de comportamento restrito, estereotipado e repetitivo.

Constatamos assim que as definições citadas baseiam-se na descrição de um comportamento observável, e em momento algum informam o que estaria na gênese deste comportamento. O diagnóstico, nesse caso, parece girar em torno da descrição de sintomas, sendo o objetivo habitual do tratamento fazê-los desaparecer.

No entanto, já no final do século XIX, Freud questionava esta forma de se ler a doença mental, problematizando o modo de se estabelecer o diagnóstico com base na descrição de sintomas. Este tipo de diagnóstico parece estabelecer um saber prévio em relação ao paciente, produzindo modelos de doença em função de fenômenos observáveis. No texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), Freud revela as conseqüências deste saber prévio na direção do tratamento:

"Ao efetuar a seleção, se [o médico] seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado

posteriormente." (Freud, S., [1912], 1972, p. 150)

Nessa perspectiva, Freud rompe com o saber psiquiátrico, distanciando-se da descrição fenomenológica, não para esquecer os fenômenos, mas para utilizá-los como material clínico na investigação da causa do sintoma. A importância do diagnóstico, nesse caso, longe de se constituir como um saber prévio em relação ao paciente, constitui-se como um meio de orientação na clínica psicanalítica. Isso é indicado por Freud (1898), no texto A sexualidade na etiologia das neuroses (1898):

"...com pouca dificuldade pode-se traduzir a morfologia das neuroses em sua etiologia, e o conhecimento desta última leva muito naturalmente a novas indicações quanto a métodos de cura" (Freud, S., [1898] 1972, p. 293).

Nesse sentido, apenas uma abordagem freudiana poderia oferecer respostas à pergunta aqui formulada referente ao autismo - o que deve e o que não deve ser considerado como autismo? Ou mais especificamente, qual a causa do comportamento descrito pela psiquiatria como autista? Essas perguntas recebem um encaminhamento mais preciso na teoria psicanalítica, na medida em que ela aponta o que está em causa num sintoma.

No que diz respeito à segunda questão - o direcionamento clínico feito a partir do diagnóstico de autismo -, esta se apresenta diretamente vinculada à questão anterior referente ao diagnóstico. Isso ocorre na medida em que o diagnóstico só adquire importância em função da direção do tratamento. Abordaremos então as questões referentes ao diagnóstico e à clínica do autismo sob uma ótica psicanalítica.

Margaret Mahler (1952), Donald Meltzer (1967), Bruno Bettelheim (1967) e Frances Tustin (1972) apresentam importantes considerações sobre a etiologia do autismo na teoria psicanalítica. Esses autores definem a constituição do sujeito a partir de uma ótica desenvolvimentista. Ou seja, como um acesso progressivo a estágios do desenvolvimento. Nesta perspectiva o desenvolvimento normal depende das relações positivas do bebê com o objeto (a mãe) e das identificações que se estabelecem nesta relação. De um modo geral, esses autores consideram o autismo como um desvio do curso habitual do desenvolvimento, devido a um fracasso na relação do bebê com o objeto (a mãe).

No entanto, Lacan, a partir da leitura que fez da obra de Freud, questiona essa forma de se pensar a constituição do sujeito, com base numa perspectiva desenvolvimentista. O retorno de Lacan à obra de Freud se

realiza com a primazia do simbólico. Nessa concepção, a constituição do sujeito ocorre, não por um acesso progressivo a estágios do desenvolvimento, como consideram os autores acima citados. Essa constituição ocorre, sim, por intermédio de uma falta, que é engendrada pela entrada do sujeito no simbólico. A abordagem lacaniana sobre a constituição do sujeito trará uma nova direção à clínica psicanalítica, possibilitando uma maior compreensão sobre o autismo. Por esse motivo enfatizaremos a abordagem lacaniana na discussão das questões referentes ao autismo.

Seguindo essa vertente, encontramos três formas de posicionamento do sujeito frente à falta do Outro, que são denominadas por Lacan (1959-1960) como estruturas clínicas - neurose, psicose e perversão. O diagnóstico, nesse caso, se constitui como um diagnóstico diferencial, referente às estruturas clínicas. A importância do diagnóstico refere-se diretamente à condução do tratamento. Isso porque o analista é convocado a ocupar o lugar do Outro. E também pelo fato de que cada estrutura apresenta uma forma particular de se posicionar frente ao Outro. Nesse sentido, o diagnóstico se constitui como um meio de orientação para dizer o lugar onde o sujeito coloca o analista. Em vista disso, podemos reformular a pergunta anterior, referente ao diagnóstico de autismo, da seguinte forma: como poderíamos situar o autismo frente às três estruturas existentes?

Encontramos, nessa vertente psicanalítica, opiniões divergentes sobre o assunto. Segundo Rosine e Robert Lefort (1980), por exemplo, no autismo não há uma estrutura, ou seja, trata-se de uma "a-estrutura". Já outros autores, como Pierre Bruno (1991), consideram o autismo como uma estrutura psicótica, ressaltando a grande semelhança existente entre a esquizofrenia e o autismo. A consequência dessa divergência vai se refletir diretamente na condução do tratamento, uma vez que esta depende da forma como cada estrutura se posiciona frente ao analista, enquanto Outro. Assim, a divergência sobre o autismo ser uma estrutura psicótica ou uma "a-estrutura" está diretamente vinculada ao cuidado do analista em dispor as primeiras coordenadas da experiência clínica.

A exposição que fizemos até o momento nos permite observar a polêmica existente sobre o que está "recoberto pelo conceito de autismo" (Koehler, 1983-1988). Vimos que a descrição fenomenológica da psiquiatria mostra-se insuficiente, uma vez que não informa a causa do comportamento. O objetivo dessa dissertação é, portanto, pensar a questão do diagnóstico de autismo e do direcionamento clínico feito a partir desse diagnóstico, sob uma ótica psicanalítica, na medida em que esta ultrapassa o campo fenomenológico, apontando a etiologia do comportamento.

Para encaminharmos nossa questão, partiremos das contribuições de Margaret Mahler (1952), Donald Meltzer (1967), Bruno Bettelheim (1967) e Frances Tustin (1972). No entanto, as questões do diagnóstico e da clínica do autismo receberão um encaminhamento mais específico na teoria lacaniana. A partir desta teoria, nos propomos a investigar as divergências existentes no tocante à estrutura no autismo e suas implicações clínicas.

CAPÍTULO IO AUTISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA
RELAÇÃO DE OBJETOS

Na introdução, observamos que a psicanálise ultrapassa a descrição fenomenológica de sintomas, apontando a causa do comportamento. Não basta, portanto, saber se o autismo apresenta ou não comportamento restrito ou repetitivo, como define a psiquiatria. É necessário saber sobre o que causa esse comportamento. É por este motivo que seguiremos a vertente psicanalítica para direcionar os estudos sobre o autismo.

Na vertente psicanalítica, que enfatiza o desenvolvimento humano e as relações de objeto, encontramos autores como Margaret Mahler (1952), Donald Meltzer (1967), Bruno Bettelheim (1967) e Frances Tustin (1972). Esses autores dedicaram-se ao estudo de patologias infantis, destacando-se pelas grandes contribuições que oferecem acerca da compreensão do autismo. É, portanto, pertinente fazer uma

apresentação geral sobre o pensamento de cada autor referente ao diagnóstico e à direção do tratamento do autismo.

Margaret Mahler (1952), influenciada pela Psicologia do Ego e pela pediatria, desenvolve toda uma teoria com ênfase no desenvolvimento infantil.

Segundo Mahler o desenvolvimento infantil normal, do nascimento até os três anos de idade, está determinado por três estágios: fase autística normal; fase simbiótica normal; processo de separação-individuação. Assim, a criança passa gradualmente de um estado quase vegetativo e simbolicamente dependente da mãe para o de uma separação individual.

A fase autística normal, que vai do nascimento até o segundo mês de vida, caracteriza-se pela imaturidade do organismo humano, que sem os cuidados maternos não teria condições de sobreviver. O bebê recém-nascido é dotado de um ego rudimentar incapaz de distinguir realidade interna e externa e diferenciar a si mesmo dos objetos inanimados ao redor. Ele é incapaz de isolar ou diferenciar o seio ou outros cuidados proporcionados pela mãe para aliviar a angústia causada pela necessidade de comer, por exemplo, das tentativas de redução de tensão que ele mesmo executa, tais como: urinar, defecar, vomitar, tossir. Neste caso, torna-se necessário uma "simbiose social" (Mahler, 1952) entre a mãe e

o bebê. Nessa simbiose, a mãe funciona como um "para-choque" (Mahler, 1952) contra os estímulos internos e externos, organizando-os para o bebê e orientando-o para a formação de limites e para a percepção sensorial. Com esses cuidados maternos o bebê vai tornando-se vagamente capaz de distinguir o mundo interno do mundo externo. E também de iniciar uma pequena diferenciação do ego rudimentar, progredindo assim para a fase simbiótica.

A fase simbiótica, portanto, é marcada por uma vaga discriminação entre *self* e *não self*, em consequência das repetidas experiências de alívio de tensão desprazerosa interna através de uma boa fonte externa gratificadora das necessidades. O bebê, então, começa a reconhecer que não pode, de forma alucinatória, providenciar por si mesmo as experiências de gratificação que aliviam suas tensões internas, atribuindo ao outro tal responsabilidade. Mas a diferenciação entre *self* e *não-self* ainda não é completa e o ^{nao cuida} bebê trata partes da mãe como se fossem suas próprias. Esse fato também é compartilhado pela mãe, que considera o bebê um prolongamento seu.

A fase de separação-indivuação, que vai de um ano e meio a três anos de idade, é crucial no que diz respeito ao desenvolvimento do ego e às relação de objetos. Nesse período, o desenvolvimento maturativo da locomoção desempenha

importante papel na experiência de separação com a mãe. A criança descobre e controla cada vez mais seu meio ambiente, o que resulta numa sadia satisfação narcisista. Essas descobertas são possíveis desde que a criança sinta o encorajamento e a disponibilidade por parte de sua mãe. De acordo com Mahler (1955), esta fase está "próxima da experiência de um segundo nascimento". Trata-se do "rompimento da membrana simbiótica que envolve o relacionamento mãe-bebê". O bebê começa a diferenciar-se da unidade dual mãe-bebê, desembaraçando da mãe o seu próprio *self*. É uma fase marcada pela ambivalência de querer, ao mesmo tempo, separar-se e unir-se à mãe. Neste momento a presença paterna torna-se importante. Esta imagem, diferentemente da imagem materna, tem a vantagem de não ter recebido grande quantidade de catexia não-neutralizada. O resultado de uma boa fase de separação-individuação é uma imagem estável do *self*.

De forma geral, as psicoses infantis são consideradas como uma fixação ou regressão às primeiras fases do desenvolvimento em função de uma "deficiência básica do ego, congênita ou adquirida muito precocemente" (Mahler, 1958). Mahler (1958) estabeleceu dois tipos de psicoses infantis, clínica e psicologicamente distintas: psicoses autística e simbiótica da infância. Na psicose autística infantil, a deficiência do ego impede que o bebê perceba a

mãe como figura representativa do mundo externo. A mãe parece não ser catexizada, permanecendo como um objeto parcial não diferenciado dos objetos inanimados. A inaptidão para utilizar o "parceiro simbiótico" (Mahler, 1952) torna necessário o emprego de mecanismos de substituição, constituindo a sintomatologia do autismo infantil precoce. Tais mecanismos se caracterizam por excluir, de maneira alucinada, as fontes potenciais da percepção sensorial, especialmente aquelas que exigem resposta afetiva.

Enquanto a criança autista apresenta uma aparente satisfação, uma auto-suficiência ao ser deixada sozinha, a criança simbiótica apresenta reações de pânico pelo mesmo motivo. Na psicose simbiótica infantil a representação da mãe não é separada do *self*. Em consequência disso fundem-se as realidades internas e externas, persistindo, além da idade simbiótica, o primitivo limite comum de *self* e mundo objetal, de criança e mãe. Por este motivo, qualquer possibilidade de separação ameaça a ilusão de onipotência simbiótica da criança, provocando sérias reações de pânico. A essas reações seguem-se ações de restituição - ilusões somáticas e alucinações de reunião com a imagem da mãe - que servem para manter ou restaurar a ilusão de unidade com a mãe.

Mahler (1952) aponta para a importância do diagnóstico diferencial entre a psicose autística e psicose

simbiótica, porque a terapia segue princípios diversos para cada caso.

Em ambos os casos, a "terapia é de substituição" (Mahler, 1952), ou seja, o terapeuta funciona como uma mãe substituta. No caso específico do autismo o tratamento é direcionado na tentativa de atrair a criança para o contato com o objeto de amor humano. Esta conduta, no entanto, exige cautela, visto a intolerância dessas crianças ao contato humano. Por este motivo, Mahler sugere que sejam utilizados estratégias, tais como: música, atividades rítmicas e estimulação prazerosa dos órgãos dos sentidos. Na psicose simbiótica, por outro lado, o apoio de um adulto compreensivo é fundamental para que a criança possa gradativamente analisar a realidade, à sua maneira, e com isso ingressar no processo de individuação.

Quanto ao prognóstico, Mahler (1952) revela que "a perspectiva de uma cura real é desoladora". No caso da psicose simbiótica "o ego permanece irreparavelmente deformado, narcisicamente vulnerável, desestruturado ou fragmentado". No autismo a deficiência é ainda mais grave, visto não existir nem mesmo a matriz da unidade primitiva mãe-bebê e não acontecer, portanto, o desenvolvimento que ela promove.

Na vertente desenvolvimentista, Donald Meltzer (1967), assim como Margaret Mahler (1952), também enfatiza a integração existente entre mãe e bebê na primeira relação objetal do desenvolvimento humano. Para ele, a integração self-objeto primário é uma preparação necessária para o desenvolvimento normal. Essa integração está centrada na experiência da criança em relação aos cuidados maternos (*holding function*). A partir dessa experiência a criança vai desenvolvendo uma "pele psíquica". Ou seja, um produto do desenvolvimento normal de identificação com o adequado "continente" físico e fisiológico que é a mãe (objeto primário). Essa "pele psíquica" mantém o self unido.

A etiologia do autismo, segundo Meltzer (1967), está vinculada ao fracasso muito precoce na experiência da criança, no que se refere aos cuidados maternos (*holding function*). O fracasso nessa experiência provocaria uma incapacidade de constituir a "pele psíquica", afetando a integração básica do self. A constituição de "um mundo interno, um espaço dentro do self, não pode ser concebido" (Meltzer, D., 1967). Em função desse fracasso, a criança autista torna-se excessivamente dependente de um objeto externo para manter a integração do self. Nessa concepção, o autismo se caracteriza em manter com o objeto uma espécie de fusão, em que não haveria diferença entre mundo interno e

externo. Em consequência disso, a criança ficaria impedida de progredir em seu desenvolvimento, com dificuldades em dimensionar as relações objetais.

A direção do tratamento segue a reconstituição da integração do *self* e para isto o terapeuta se oferece como função egóica. Na transferência a criança autista utiliza o corpo do analista como uma parte do *self*. Os contatos físicos frequentes funcionam como uma porta de entrada para as identificações projetivas, as quais irão propiciar a diferenciação entre *self* e objeto.

Bettelheim (1967), seguindo a concepção desenvolvimentista, caracteriza a primeira infância como uma "idade dourada" ou o "paraíso perdido"; uma época em que nada nos é pedido e em que nos é dado tudo o que queremos". Da mesma forma que os autores anteriormente citados - Margaret Mahler (1952) e Meltzer (1967) - Bettelheim (1967) acredita que nessa fase ocorra uma plenitude primordial, na qual criança e mãe mantêm, por certo tempo, a diade perfeita do período intra-uterino. Bettelheim (1967) discorda, no entanto, que nessa fase o bebê satisfaça suas necessidades de forma passiva. Para ele, a atividade do bebê desempenha papel fundamental no desenvolvimento normal. A ação do bebê está presente desde os primeiros momentos de vida, tal como na sucção durante a amamentação. Nesse momento o bebê é

eminentemente ativo com relação ao que, em sua vida, significa um acontecimento central. De acordo com Bettelheim, o que conta neste momento não é a dependência do bebê em relação ao objeto de satisfação, mas "a convicção de que seus esforços são monumentais" (Bettelheim, B., 1967). O que propicia um desenvolvimento normal, portanto, não são as necessidades satisfeitas do bebê, nem o amor dispensado a ele, mas a experiência interior de que suas ações exercem influência no mundo externo. Para que isso aconteça, a mãe deverá ter desejado, em todo o desenvolvimento, relacionar-se com o filho em "mutualidade" (Bettelheim, 1967).

A relação entre mãe e bebê, desde os primeiros dias de vida, é marcada por um processo que Bettelheim (1967) denomina como processo de mutualidade. Trata-se de uma ação combinada, entre a mãe e o bebê, baseada no interesse comum de ambos. No caso, por exemplo, da amamentação, a criança deverá sentir fome, e a mãe, desejar aliviar o intumescimento do seio, provocado pelo acúmulo de leite. Sendo assim, tanto a sucção do bebê quanto a amamentação da mãe agirão no sentido de aliviar uma tensão física e também satisfazer uma necessidade emocional. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento de um "eu". Graças a ele, o "eu" passa não só a atuar como também a interatuar, a responder aos outros lentamente e a tomar consciência de que pode modificar as respostas deles. Importante papel desempenha a mãe nesse

processo. Ela deve estar atenta às ações do bebê, buscando adaptar-se a elas. A mãe não deve esperar demasiado nem muito pouco do seu bebê, porque, em ambos os casos, o desenvolvimento pode ser prejudicado. Assim a expectativa da mãe em relação ao desenvolvimento do seu filho deve ser justa, de boa medida, nem mais, nem menos.

Segundo Bettelheim (1967), o desenvolvimento humano é marcado por duas "fases críticas". Na primeira, que se inicia aos seis meses de idade, o bebê estabelece rápidas associações entre acontecimentos externos e sensações desagradáveis, tornando-se mais preciso no reconhecimento de pessoas familiares. O bebê deixa de querer que os outros apenas lhe dêem coisas (comida, estímulo, afeto), mas as quer de pessoas particulares, por meios agora familiares. A segunda fase crítica do desenvolvimento, que tem início aos dezoito meses de idade, caracteriza-se pela presença da linguagem e da locomoção. Nesse período a criança estabelece, de forma mais definida, suas relações com o meio, uma vez que sua atividade pode agora não só influenciar os outros como também permitir-lhe verdadeiro domínio. Com o desenvolvimento da marcha e da linguagem, o bebê pode então decidir se quer se aproximar ou se afastar de outro indivíduo.

De forma geral, Bettelheim (1967) considera o autismo como um bloqueio no desenvolvimento normal. Esse

bloqueio ocorre pela convicção da criança de que seus esforços não têm poder para influenciar o mundo. O lactente, em virtude de dor ou mal-estar e da ansiedade que provocam, ou porque interpreta mal as ações ou sentimentos da mãe, ou porque avalia corretamente os sentimentos negativos dela, poderá afastar-se dela e do mundo. Dentro desse quadro geral, Bettelheim (1967) classifica três modalidades de autismo, de acordo com o período de desencadeamento e com o estado de alienação da realidade interna e externa da criança.

O caso de autismo mais grave refere-se ao marasmo infantil ou à criança autista muda. Esse estado pode ser desencadeado pelas convicções de que nada se pode fazer em relação ao mundo e de que o mundo de modo algum satisfaz as necessidades, sendo apenas frustrador, destruidor. Essas convicções ocorrem antes do primeiro "período crítico". Ou seja, antes do reconhecimento de pessoas familiares, pessoas amigas que levariam a experiência de um mundo essencialmente bom. Em função disso, essas crianças desistem de agir e não reagem ao meio ambiente descatexizando todos os aspectos da realidade interna e externa, culminando numa profunda passividade.

Quando o autismo surge durante o primeiro "período crítico", a criança tem a experiência da imagem de um mundo que oferece algumas satisfações, embora essas satisfações não

tenham sido desejadas, e além disto, tenham sido obtidas por meios frustrantes. O que ocorre é que, ao tentarem se relacionar com os outros, acham-os insensíveis às suas ações. Por isso desistem de agir. Ou, no caso de agirem, não é para influenciar os outros, mas apenas para evitar sofrimentos, posteriores. São crianças que descatexizaram o meio ambiente, mas não seus processos psíquicos internos, mesmo embora esses estejam subcatexizados.

Um terceiro grau de autismo ocorre no período dos dezoitos meses aos dois anos de idade, durante a segunda "fase crítica". De acordo com Bettelheim (1967) é normalmente nesse período que o autismo é detectado. É a idade em que a criança poderá aproximar-se do mundo ou evitá-lo, não apenas do ponto de vista emocional, como também alheando-se completamente dele. São crianças que, embora continuem a agir, agem de acordo com seus processos psíquicos interiores, hipercatexizados. Suas ações não são eficazes para alterar a realidade, porque se baseiam apenas ou fundamentalmente em seus desorganizados processos psíquicos internos.

Bettelheim (1967) acredita ser o autismo um bloqueio no desenvolvimento pela convicção da criança de que suas ações não podem influenciar o mundo com o qual convive - seus pais. Assim, ele propõe como objetivo do tratamento uma separação entre a criança e os pais, com a internação dela na

escola *Orthogenic School* da Universidade de Chicago. A escola é concebida como um meio artificial que estimula e encoraja a criança a agir por sua própria iniciativa, possibilitando assim um desenvolvimento normal. Nesse sentido, o tratamento segue a idéia de uma terapia de substituição: o mundo insensível é então substituído por outro estimulante, proporcionando à criança autista uma segunda oportunidade para se desenvolver.

Esses autores - Margaret Mahler (1952), Donald Meltzer (1967), Bruno Bettelheim (1967) - definem a constituição do sujeito a partir de uma ótica desenvolvimentista. Ou seja, como um acesso progressivo a estágios de desenvolvimento. O desenvolvimento da criança é possibilitado pela presença da mãe. Esse é um dado tão importante que, na ausência de cuidados maternos, o desenvolvimento da criança é interrompido gerando graves conseqüências - o próprio autismo, por exemplo. Nessa perspectiva, a mãe, como personagem física, indispensável ao desenvolvimento do bebê, parece estabelecer com a criança uma relação integradora, de completude total. Isso é o que nos revela Margaret Mahler (1958), ao sublinhar que a relação entre a "mãe alimentadora" e o bebê é uma relação psicobiológica de dependência.

Frances Tustin (1972), apesar de conservar o ponto de vista desenvolvimentista referente à constituição do sujeito, parece distanciar-se dos autores anteriormente citados em vários pontos de sua teoria. O trabalho teórico de Tustin referente ao autismo apresenta diversas alterações ao longo do tempo. Inicialmente, Tustin (1972) segue os ensinamentos de Margaret Mahler (1952), estabelecendo uma fase inicial do desenvolvimento denominada autismo primário normal. Esse primeiro estágio caracteriza-se pela relação integradora entre mãe e bebê, constituindo o "útero-pós-natal" - uma ligação produzida pela preocupação da mãe e pela percepção indiferenciada do bebê. Essa relação protege o bebê de realizações que seu mecanismo neuromental não poderia suportar, como, por exemplo, a experiência "não-eu". Nesse primeiro momento, Tustin (1972) considera o autismo patológico como uma reação à experiência de separação, em que o bebê começa a desenvolver um "eu" diferenciado do "não-eu" (mãe). A criança reage desta forma porque seu mecanismo neuromental não pode suportar tal experiência. Isso porque o bebê:

"nasceu prematuramente, ou de maneira muito confusa, do 'útero-pós-natal', tendo assim a desilusão de ter perdido uma parte de seu corpo" (Tustin, F., [1972]1984, p. 20).

Nesse primeiro momento, portanto, Tustin (1972) considera o autismo como uma síndrome psicótica, já que implica num sistema de manobras pelo qual a realidade "não-eu" seria evitada. O "não-eu" é sentido como inimigo por trazer a insuportável consciência dolorosa de separação corporal, a qual seria experimentada como amputação. Negação e confusão são os dois tipos principais de reações patológicas que passam a operar a serviço dessa retirada do mundo exterior "não-eu", impedindo o desenvolvimento normal da criança.

Em 1986, no livro Autistic Barriers in Neurotic Patients, Tustin ressalta a importância de se distinguir as manifestações normais e as manifestações patológicas. Por esse motivo, renuncia ao conceito de "autismo primário normal", aderindo ao termo "auto-sensitivo" para o primeiro estágio de desenvolvimento. O termo autismo fica reservado apenas para o desenvolvimento patológico.

As correções teóricas realizadas a partir de 1986 encontram seu ápice no artigo Perpetuação de um erro (1993). Nesse artigo Tustin contesta a idéia de fusão entre mãe e bebê como uma relação normal, defendida por autores como Margaret Mahler (1952), Bruno Bettelheim (1967) e Donald Meltzer (1967), afirmando ser esta situação uma indicação de patologia:

"Comecei a perceber que, ao considerar esse estado perpetuado de unicidade com a mãe como uma situação normal na primeira infância, havíamos estado extrapolando a situação patológica e vendo-a erradamente como normal" (Tustin, F., [1993], 1995, p. 72).

Tustin exemplifica esta situação "anormal" de completude através da escultura "Madonna e criança", de Henry Moore (1993). A peça retrata uma mãe com um buraco negro abdominal, no qual uma criança em forma de pênis está inserida. Nesse caso a criança é usada para preencher o buraco, o vazio e a solidão da mãe. A criança aí funciona como um objeto inanimado que não sente, não fala e não responde. "Isso nunca é um estado infantil normal e causa confusão rotulá-lo dessa forma" - nos adverte Tustin (1993).

A idéia de regressão a um estágio infantil anterior é definitivamente abandonada por Tustin, como podemos depreender em seu artigo A perpetuação de um erro (1993):

"Não há um estágio infantil normal de autismo primitivo para o qual o autismo infantil poderia ser uma regressão" (Tustin, F., [1993], 1995, p. 63).

O autismo passa, então, a ser considerado como uma aberração do desenvolvimento, que tomou o caminho errado desde muito cedo. Nessas crianças o desenvolvimento anormal tem início com uma perpetuação da unidade dual entre mãe e bebê.

Para Tustin, nesse segundo momento teórico, o autismo é uma reação protetora para lidar com o *stress* associado à ruptura desse estado anormal perpetuado de fusão com a mãe. Trata-se de uma reação ao trauma infantil, causado pela conscientização da criança da separação de seu corpo, do corpo da mãe, com quem ela previamente se sentiu anormalmente fundida, não-diferenciada.

Essas modificações teóricas irão refletir diretamente na proposta de tratamento do autismo, como afirma Tustin (1993):

"Isso afetará a maneira que respondemos e falamos com tais pacientes. Significa que falaremos com eles como se pensássemos que eles podem entender o que estamos dizendo. Já não lhes falaremos com arrogância" (Tunstin, F., [1993], 1995, p. 75).

Seguindo essa nova concepção, Tustin ressalta que a terapia traz a experiência traumática passada ao presente. Trata-se, no entanto, de uma representação da situação antiga com algo novo injetado nela e não uma mera repetição de acontecimentos anteriores. O *"flashback"* do trauma deve ser visto como uma comunicação e não como uma obstrução.

Vimos que Tustin, a partir de sua experiência clínica, reformula sua teoria, contestando a idéia de

completude entre mãe e bebê nos primeiros dias de vida como defendem Mahler (1952), Bettelheim (1967) e Meltzer (1967).

Essa contestação ganha maior rigor na teoria lacaniana, que enfatiza a função do objeto perdido na constituição do sujeito. Lacan, a partir da leitura que fez da obra de Freud, considera que a constituição do sujeito ocorre, não por uma completude inicial, a partir da qual o sujeito tem acesso progressivo a estágios de desenvolvimento, mas por intermédio de uma falta. O que se encontra na base desta formulação é a função do objeto perdido, o qual será elaborado por Lacan(1959-1960) a partir do conceito freudiano de *Das Ding*.

O conceito de *Das Ding* encontrará sua referência a partir do modo como Freud definiu o complexo do próximo (*Nebenmensch*), em Projeto para uma Psicologia Científica (1950[1895]):

"Desse modo, o complexo do ser humano semelhante se divide em duas partes, das quais uma dá impressão de ser uma estrutura que persiste coerente como uma coisa, enquanto que a outra pode ser compreendida por meio da atividade da memória - isto é, pode ser reduzida a uma informação sobre o próprio corpo [do sujeito]" (Freud, S., 1950[1895], 1972, p. 438).

O complexo do próximo é, portanto, marcado pela divisão do objeto. Essa divisão que traz em si a presença de um núcleo de obscuridade, impõe um verdadeiro limite à relação do sujeito com seu próximo. Isso porque sempre haverá algo que no objeto se constitui como um núcleo inapreensível, o qual Freud denominará como Coisa, ou melhor, *Das Ding*. Esse limite dividirá o próprio sujeito, já que é a partir do próximo que ele se constitui. Nesse sentido irá se instaurar uma incompletude de ambos os lados - do próximo e do sujeito. Essa incompletude será elaborada pelo sujeito sob a ótica de uma falta, a qual funda a orientação do mesmo em direção ao objeto. Como nos mostra Lacan em *O Seminário (1959-60)*, livro VII, sobre a ética da psicanálise:

"Da mesma forma, esse objeto, pois trata-se de o reencontrar, nós o qualificamos igualmente de objeto perdido. Mas esse objeto, em suma, nunca foi perdido, apesar de tratar-se essencialmente de reencontrá-lo." (Lacan, J., [1959-60], 1988, p. 76).

Constatamos com isso que não há um estágio inicial do desenvolvimento humano, no qual haveria a possibilidade de completude entre o sujeito e o objeto (no caso, a mãe), como defendem Mahler (1952), Bettelheim (1967) e Meltzer (1967). Ao contrário do que defendem esses autores, a constituição do sujeito ocorre por intermédio da ausência do objeto - *Das Ding*. Como vimos desde Freud, *Das Ding* não designa a presença de um elemento primeiro que se perdeu, ele designa antes o vazio

desta presença, a partir da qual a existência humana se desenrola. Nesse contexto, o objeto perdido (*Das Ding*) estabelecerá uma falta. Falta essa que jamais poderá ser suturada, uma vez que o objeto, por sua natureza, é perdido. Em vista dessa articulação podemos afirmar que a falta designa a impossibilidade de haver uma relação complementar entre o bebê e a mãe.

Tustin (1993) contesta a idéia de completude entre mãe e bebê, mas permanece no ponto de vista desenvolvimentista, no que se refere à constituição do sujeito. De acordo com essa vertente, o sujeito se constitui a partir de identificações imaginárias, que ocorrem de acordo com os estágios de desenvolvimento. Nesse caso, o estatuto do sujeito está determinado pelo exercício de uma função imaginária, onde "eu", sujeito e consciência se equivalem. Há, portanto, nessa teoria, uma desconsideração em relação à descoberta freudiana do inconsciente, descoberta esta que descentra a equivalência "eu" = sujeito, uma vez que o inconsciente indica justo o que escapa ao saber deste "eu", não sendo por ele reconhecido.

Lacan, na abordagem que fez da obra de Freud, retoma o estatuto do inconsciente, elaborando a categoria do grande Outro como um lugar terceiro, o lugar do inconsciente, que existe sempre nas relações do sujeito com o outro, seu semelhante.

A categoria de grande Outro supõe a presença de dois elementos básicos que possuem entre si uma estreita relação. Podemos assim enumerá-los:

1 - Significante

2 - Falta

O primeiro elemento - o significante - é o que define o grande Outro. Fazendo uso de uma definição mais precisa podemos afirmar que o "Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante" (Lacan, J., 1964).

Vale ressaltar que cada significante guarda em relação ao outro e em relação a si mesmo, sua diferença, designando assim a idéia de cadeia: é preciso que haja um outro significante em relação ao qual o primeiro possa se definir (Lacan, 1966). Trata-se do princípio de oposição próprio da estrutura significante. Nesse sentido, o significante remete sempre a outro significante. Esta ordem de remissão nos conduz assim à idéia de conjunto, que assume a designação de tesouro dos significantes. O Outro é então definido como tesouro dos significantes.

Há o segundo elemento - a falta. Podemos dizer que ao Outro, tomado aqui como o tesouro dos significantes, falta. A escrita do matema $S(A)$ apresentado por Lacan revela justamente esse fato de estrutura. $S(A)$ é o significante de uma falta no Outro. Isso não significa dizer que falta um elemento na cadeia significante. Essa falta comparece em cada significante, é o que faz Lacan (1966) afirmar que o significante $S(A)$:

"é como tal impronunciável, mas não sua operação, pois ela é o que se produz cada vez que um nome próprio é pronunciado" (Lacan, J., [1966], 1978, p. 302).

Trata-se da precariedade do significante em definir o sujeito em sua totalidade, pois há no sujeito algo que não é representável, que "persiste coerente como uma coisa" (Freud, S., 1950[1895]) - *Das Ding*.

O significante de uma falta no Outro, $S(A)$, é o significante para o qual todos os outros significantes representam o sujeito. Na ausência deste significante, $S(A)$, todos os outros não representam nada.

Constatamos com isso que a falta e o significante são dois elementos inseparáveis, os quais constituem-se na própria definição do grande Outro. Se o aforisma "o inconsciente estruturado como uma linguagem" é o ponto de partida da leitura

de Lacan à obra freudiana, centrada na primazia do simbólico, isso no entanto, não deixa de produzir um resto que vem apontar o Real em jogo na experiência psicanalítica. Trata-se de *Das Ding*, o ponto Real do inconsciente, o furo em torno do qual se organizam os significantes.

Vale ressaltar que o Outro - o lugar do tesouro dos significantes - num primeiro momento, é a mãe (Lacan, 1966). Lacan vem colocar que a criança estabelece com o Outro uma relação de dependência, pelo fato de que o sujeito depende do significante e o significante está primeiro no campo do Outro. Como afirma em seu livro *O Seminário* (1964), sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise:

"O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer" (Lacan, J., [1964], 1985, p. 193-194).

Entretanto, essa relação do sujeito com o Outro se engendra por inteiro num processo de hiância, de falta. O sujeito oscila nessa hiância, fundada pelo significante, mas causada pela impossibilidade de recuperar a parte perdida dele mesmo que pudesse preenchê-lo, satisfazê-lo, pois esse objeto falta.

Como temos comentado até então, não se trata, em nenhum momento, de uma relação complementar entre sujeito e Outro. O que aqui depreendemos é a dialética presença X ausência introduzida pela mãe, enquanto Outro. Essa dialética só é possível porque a mãe é não toda, faltante.

Diante desta falta marcada pela impossibilidade de atingir o objeto, encontramos as "modalidades de existência" (Juranville, 1984), pelas quais o sujeito irá constituir-se num mundo de relação. O testemunho desta afirmativa remonta ao livro de J. Lacan, O Seminário (1959-60), sobre a ética da psicanálise:

"Pois bem, aqui, é em relação a esse das Ding original que é feita a primeira orientação, a primeira escolha, o primeiro assento da orientação subjetiva..." (Lacan, J., [1959-60] 1988, p. 72).

Essas modalidades de existência citadas anteriormente são o que Lacan (1959-1960) denominou de estruturas clínicas. São elas: neurose, psicose e perversão. Neste contexto - em que tais estruturas são decorrentes da relação com a falta do objeto - a neurose se constitui como uma forma de organização desta falta, a perversão como uma forma de desmentir a falta e a psicose como uma rejeição desta.

Como temos tentado demonstrar aqui, a partir de Lacan, a constituição do sujeito ocorre, não por um acesso progressivo a estágios do desenvolvimento. Essa ocorrência se dá por intermédio de uma falta, a partir da qual surgirão modalidades de posicionamento do sujeito, referente às três estruturas clínicas. A abordagem lacaniana nos permite retomar a questão do autismo sob uma outra ótica - de acordo com a estrutura do sujeito - possibilitando uma maior compreensão acerca deste assunto. É por esse motivo que afirmamos seguir a vertente lacaniana para direcionar as questões sobre o diagnóstico e a direção do tratamento no autismo.

Como já afirmamos anteriormente na introdução do nosso trabalho, nossas questões só adquirem valor se considerarmos que diagnóstico e direção do tratamento são questões inseparáveis. Essa hipótese se sustenta pelo fato de que a referência a ser utilizada na condução da análise é diferente em cada estrutura clínica. Isso porque cada uma delas possui uma forma particular de se posicionar frente à falta do Outro. Nesse sentido, o diagnóstico - referente às três estruturas clínicas - só se coloca em psicanálise como função da condução da análise.

Considerando que o diagnóstico estrutural se constitui a partir da escuta de certa modalidade do sujeito em relação ao Outro, podemos estabelecer duas interrogações:

1° Qual a relação da criança autista com o Outro? E a partir daí, como poderíamos situar o autismo frente às estruturas clínicas - neurose, psicose e perversão?

2° Como direcionar o tratamento do autismo a partir deste diagnóstico?

Alguns autores, seguindo a vertente lacaniana, tentam dar conta da questão referente à estrutura no autismo. Mas, ainda assim, encontramos algumas controvérsias. Veremos, em linhas gerais, como isso ocorre.

Rosine e Robert Lefort, no livro "O Nascimento do Outro" (1980), fazem o relato de um caso - Marie Françoise - a partir do qual revelam que a relação do autismo com o Outro é marcada por uma ausência de furo, ou seja, este "Outro não é furado", isso acarreta o desaparecimento do Outro enquanto pólo relacional. Para Marie Françoise, se o furo não está no Outro, é seu corpo que está furado radicalmente. É aí que revela o único furo do corpo, que vai da boca ao ânus. A consequência disso é a falência da estrutura. No caso do autismo não há uma estrutura. Trata-se de uma "a-estrutura" (Lefort, 1980).

Para Rosine e Robert Lefort, a criança autista não é um sujeito "Ela não é senão o 'ser' antes do sujeito, um ser

que representa a alternativa de exclusão 'ser ou não ser' (...)"

Pierre Bruno (1991), considera o autismo como uma estrutura psicótica, aproximando-o da esquizofrenia. O que diferenciaria ambos seria o momento de desencadeamento da psicose:

"o autismo, particularmente aquilo que se chama autismo infantil precoce, poder-se-ia traduzir por esquizofrenia precocemente desencadeada" (Bruno, P., 1991, p. 26).

O relato desses dois autores nos permite observar a polêmica que gira em torno do autismo. Encontramos nele opiniões divergentes referentes à estrutura clínica.

A divergência incide em saber se o autismo é uma estrutura diferenciada da psicose, e neste caso, apresentaria outra forma de posicionamento diferente da rejeição, ou, uma estrutura diferenciada no campo da psicose. Melhor dizendo, uma variação no campo da psicose, tendo como referência a rejeição. Essa divergência apresenta conseqüências clínicas. O fato de considerarmos o autismo como uma estrutura psicótica ou uma "a-estrutura" irá refletir diretamente na condução do tratamento, na medida em que são formas distintas da relação do sujeito com o Outro. Conseqüentemente, a relação com o analista também será diferente, uma vez que este ocupará o lugar do Outro durante o tratamento. Por esse motivo consideramos relevante uma

investigação sobre a estrutura no autismo e suas conseqüências na clínica.

A fim de esclarecermos com maior clareza a especificidade das divergências que incidem sobre a questão da estrutura no autismo, nos aprofundaremos a seguir na questão referente à constituição do sujeito, do ponto de vista da teoria lacaniana.

CAPÍTULO IIA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA TEORIA LACANIANA:ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, a constituição do sujeito ocorre por intermédio de uma falta, a qual instaura uma discordância no cerne da relação entre o sujeito e o Outro. No entanto, essa falta só será significada com a inserção do sujeito no simbólico. Antes disso nada existe. Como, sem o significante, poderíamos abordar a falta? Só há inominável em função do nome. O que causa o inconsciente é a falta, mas apenas no "só-depois" da determinação simbólica. A falta é na verdade produzida em sua função de causa pelo efeito simbólico:

"como o grito não se perfila sobre o fundo de silêncio, mas, ao contrário, o faz surgir como silêncio" (Lacan, J., [1964], 1985, p. 31).

Nesse sentido, a constituição do sujeito se inaugura pela referência ao significante. Lacan, em O Seminário (1964), no livro XI, sobre os quatro conceitos

fundamentais da psicanálise, define a constituição do sujeito a partir das operações: Alienação e Separação.

A primeira operação - a Alienação - refere-se à tomada pelo simbólico do ser do sujeito. Fator importante nessa operação é o desamparo inicial do recém-nascido, que, à diferença dos animais, se apresenta de forma prematura para sua sobrevivência. Dessa forma não lhe resta outra escolha senão a de se alienar aos cuidados e à atenção do Outro. No entanto, os cuidados que o Outro dispensa à criança não se reduzem apenas a objetos reais. O Outro oferece mais do que objetos, ele oferece também significantes. Isso porque ele nomeia o desconforto da criança, codificando em linguagem suas necessidades. Além disso o Outro fala e dirige-se ao ser por um nome. Já o designara assim antes mesmo que ele tivesse nascido. É, portanto, pela via dos significantes, que lhes são atribuídos pelo Outro, que o sujeito terá acesso ao simbólico. A Alienação é uma operação na qual o sujeito se aliena nos significantes que se encontram no campo do Outro.

A operação de Alienação pode ser resumida pela fórmula $S1-S2$. $S1$, o significante unário, refere-se à primeira marca do sujeito, seu nome, constituindo-se como o acionador da subjetividade, pois a entrada do sujeito na ordem simbólica depende de um significante que o represente. No entanto, um significante isolado não quer dizer nada. Ele

não tem sentido, pois é da propriedade do significante que ele só se institua com referência a um outro significante. Nesse caso, o sujeito não subsiste como tal por falta do segundo significante. Trata-se de uma "necessidade lógica" (Lacan, 1964) de conceber o S1 só, antes de representar o sujeito para outro significante. Para que o sujeito advenha, portanto, é necessário que o significante unário, S1, intervenha junto a um outro significante, o S2.

O S2, na operação de Alienação, é o significante junto ao qual o S1 representa o sujeito. Não se trata apenas de um significante, mas de uma cadeia: S1-S2-S3-S(n+1). Esse significante binário, o S2, representa o saber do Outro em relação ao sujeito. Esse saber é patente nas interpretações da mãe aos apelos da criança.

No texto Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]), Freud revela que o bebê, ao sentir um estímulo endógeno, a fome, por exemplo, chora, grita, esperneia. Entretanto, esse choro não trás consigo mesmo a finalidade de chamar a atenção da mãe, mas funciona como uma via de descarga do estímulo. Embora esse choro não seja dirigido à mãe como um pedido de ajuda, ela corre em socorro à criança. A rigor, é pois a mãe quem "preenche", com sua própria intencionalidade, esse choro. Assim, o que quer que seja o choro do bebê (fome, sono), será sempre o que o Outro lhe

disser. Ou seja, a mãe enquanto Outro, oferece significantes. Poderíamos dizer, objetos reais transmutados em significantes, os quais irão constituir o sujeito. Dessa forma, o choro, que a princípio funcionava como uma simples descarga de estímulo, adquire uma função simbólica - a da comunicação - como afirma Freud (1950[1895]):

"Essa via de descarga [o choro] adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais" (Freud, S., 1950[1895], 1972, p. 422).

Nesses termos, a relação primitiva da criança com a mãe, da criança com seu objeto, tem algo que, desde o início, dá para a criança acesso a outra coisa que a sua pura e simples satisfação: isso está aí desde o começo através do simbólico, pelo fato da linguagem. A mãe, enquanto Outro, fala ao bebê, apresentando-lhe os primeiros pares de significante. A mãe, no lugar do Outro, constitui do apelo da criança um saber. Eis porque o S2 representa o campo do saber. O sujeito, por sua vez, identifica-se com que o Outro lhe diz sobre ele, alienando-se aos significantes.

Essa operação, no entanto, provoca a divisão do sujeito. Ou seja, é no momento em que o significante unário, que representa o sujeito, intervém junto a um outro

significante, o S2, através das interpretações do Outro aos apelos da criança, algo se perde: o ser do sujeito.

É fato, portanto, que o simbólico pré-existe ao sujeito. Ele está primeiro no campo do Outro, no que o Outro fala sobre o sujeito. O sujeito deve, então, fazer sua inserção no simbólico. Antes que isso ocorra, o sujeito não é nada, senão sujeito por vir. A inserção do sujeito no simbólico, no entanto, condena-o a só aparecer dividido: de um lado como sentido, produzido pelo significante; de outro esvanecido, eclipsado. Trata-se do efeito afanístico do sujeito, como revela Lacan (1964):

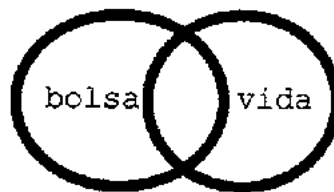
"O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito(...). Um analista percebeu isto, num outro nível, e tentou significá-lo num termo que era novo e não foi depois jamais explorado no campo da análise - a afânise, o desaparecimento" (Lacan, J., [1964], 1985, p.197).

Para explicar esta operação Lacan identifica um uso específico do conectivo *ou*. Trata-se do que ele denominou como *vel da alienação*, o qual só se articula pela lógica da reunião. Qualquer que seja a escolha do sujeito, haverá

sempre uma perda. O vel da alienação se limita à conservação de um dos termos, quando se trata de uma reunião binária.

Para falar das conseqüências do vel tão particular que constitui a alienação, Lacan (1964) se utiliza de proposições como "a bolsa ou a vida":

"A bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada" (Lacan, J., [1964], 1985, p. 201).



Da mesma forma ocorre com o sujeito: se escolhermos o ser, o sujeito cai no não-senso, desaparece; se escolhermos o sentido, este só subsiste desprovido desta parte de não-senso, que constitui o inconsciente.



A operação de alienação, portanto, não consiste apenas em que o sujeito se constitua no campo do Outro, mas que resulte dividido na linguagem. Essa divisão é correlata do efeito afanísico, em consequência de uma escolha, cujo resultado necessariamente envolve uma perda. O sentido produzido no campo do Outro é eclipsado pelo desaparecimento do ser, induzido pela função mesma do significante. O sujeito é, portanto, marcado por essa divisão que traz em si a presença de um núcleo inapreensível, algo que jamais poderá ser representado - o ser do sujeito.

Esse núcleo inapreensível, o ser do sujeito, que se produz como efeito da inserção do sujeito no simbólico, corresponde ao que Lacan denominará como o objeto *a*. Trata-se do Real da estrutura, inominável, cuja referência na obra freudiana encontra-se na definição de *Das Ding*.

Como já indicamos no capítulo anterior, *Das Ding* designa a ausência de um objeto que, na verdade, nunca existiu. Se acompanharmos os ensinamentos que Lacan extraiu da obra de Freud, devemos admitir que se trata de um objeto que não chegou a existir, mas que faz existir em contato com o simbólico. O objeto *a*, assim designado por Lacan, surge no intervalo onde um significante representa um sujeito para outro significante, simbolizando aquilo que na esfera do significante se apresenta como perdido. Ou seja: como aquilo

que se perde ao sentido. O objeto a é o resto que cai da operação simbólica do significante, que causa a incompletude do sujeito. E é justamente esse resto que resiste à significação que vem a constituir o fundamento do sujeito desejante. Veremos como isso ocorre.

Vimos até aqui, que a operação de constituição do sujeito ocorre pelas vias do significante, operação essa que engendra uma falta. Essa falta, do lado do sujeito, irá impulsioná-lo na busca de algo que o complete. O sujeito buscará, na cadeia significante, a dimensão que espera seu complemento do Outro. Ou seja, um significante que possa nomear seu ser. A consequência dessa busca é que não haverá nenhum estancamento no reenvio de um desses significantes àquele que o sucede, e o sujeito deslizará infinitamente na cadeia significante.

Mas, como já assinalamos anteriormente (cap.I), ao Outro também falta um significante que fale tudo sobre o sujeito, que o complete. Essa falta é representada pelo matema $S(A)$: significante de uma falta no Outro. Nenhuma resposta será, por isso, obtida, por falta de um significante que possa nomear o Real da estrutura. No plano da remissão em cadeia dos significantes, há, portanto, uma falta.

Essa falta no campo do Outro, patente nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança como um enigma do desejo, como revela Lacan em O Seminário (1964), livro XI, sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise:

"Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável - ele me diz isso, mas o que é que ele quer?" (Lacan, J., [1964], 1985, p. 203).

Esse momento marca a segunda das duas operações de constituição do sujeito - a Separação. A Separação é uma operação que liberta o sujeito do efeito afanísico do significante. Que o liberta de sua eterna busca no campo do Outro, de um significante que o complete. O sujeito ultrapassa as determinações significantes do Outro, constituindo-se como desejante. Isso só é possível pela inconsistência do Outro, ou seja, pela falta que a criança percebe no campo do Outro. Nessa operação, a partir da qual o sujeito acede ao desejo, "o que conta, vocês vão ver, são as carências, as decepções, que afetam a onipotência materna" - como ressalta Lacan (1956-57). A operação de Separação, portanto, liberta o sujeito para, sendo faltante, se realizar como desejante. No entanto, esse trajeto só se efetiva no

vigor da castração, elemento central do Complexo de Édipo. Examinaremos esse percurso realizado pelo sujeito.

Como temos comentado até então, a falta do Outro, pois o Outro também é incompleto, barrado, no nível do significante que o tornaria completo, desperta na experiência da criança o enigma do desejo. Esse pode ser traduzido pela pergunta: "O que é que ele quer?" No primeiro tempo do Édipo é necessário que a criança tome como ponto de partida o desejo da mãe, colocando-se como objeto de desejo para ela. A criança, enquanto objeto, é revestida de imaginário. E isto só é possível porque a mãe é castrada, pois essa imagem do objeto já comporta por si mesma uma falta anterior. Torna-se necessário, portanto, que a mãe se sinta faltosa, para poder desejar algo que a complete. A criança revestida de imaginário pode, então, ocultar a falta sentida pela mãe. Neste primeiro momento, portanto, a criança se oferece como objeto para suturar a falta do Outro, ocupando o lugar de falo imaginário.

Abordaremos a definição de falo, visto ser ele um elemento central no complexo de Édipo, em torno do qual produzem-se as significações.

O falo, na teoria freudiana, aponta para a representabilidade, no inconsciente, de apenas um órgão

sexual: o pênis. No entanto, o falo não é o pênis enquanto órgão, mas o significante que o representa. O que quer dizer que ele perde o estatuto de órgão, enquanto real do corpo. Se o falo tem uma ligação íntima com o órgão masculino, é na medida em que designa o pênis enquanto faltoso, enquanto passível de faltar. A polaridade dessa primazia se justifica em torno da representação de um objeto ausente. Precisemos um pouco mais esse conceito. No livro VIII, O Seminário (1960-61), sobre a transferência, Lacan faz a distinção entre falo simbólico, designado como *Phi* maiúsculo (Φ) e o falo imaginário, *phi* minúsculo (ϕ). O falo, no seu estatuto simbólico, é um significante que marca a ausência do objeto de desejo do Outro. Afinal, como já vimos, esse objeto não é de modo algum apreendido, cambiável. O falo é o significante de suplência no ponto em que no Outro falta um significante. Ou seja, ele é o significante do ponto em que o significante falta. O falo como significante é o centro de toda apreensão do complexo de castração.

O falo, enquanto imaginário, o *phi* (ϕ), é um "engodo", na medida em que parece recobrir a falta do Outro. Como, no caso da criança, ser o falo da mãe, por exemplo.

O primeiro tempo do Édipo, portanto, se fundamenta por essa relação "tapeadora", na qual a criança, mesmo não

sendo o falo, o objeto capaz de tamponar a falta do Outro, se imagina como tal, ocupando assim o lugar de falo imaginário.

No livro IV, O Seminário (1956-57), sobre a relação de objeto, Lacan ressalta o engodo embutido nesta relação da criança com a mãe:

"Existe aí um grau elevado, não de abstração, mas de generalização da relação imaginária que chamo de tapeadora, pela qual a criança atesta à mãe que pode satisfazê-la, não somente como criança, mas também quanto ao desejo e, para dizer tudo, quanto àquilo que lhe falta" (Lacan, J., [1956-57], 1995, p. 230).

Nesses termos, a criança fica sujeitada àquilo que a mãe lhe indica: ela está ali para ser o objeto de prazer. Essa situação, no entanto, não se sustenta. A criança logo se depara com a discordância, com a hiância, existente entre a imagem do falo para a mãe e o que ela tem para oferecer. Fator decisivo, neste momento, não é o fracasso da criança nas suas seduções para satisfazer a mãe, mas o fato de que:

"aquilo que ela tem, afinal de contas, para apresentar aparece - disso temos mil experiências na realidade analítica - como algo de miserável" (Lacan, J., [1956-57], 1995, p. 232).

A criança percebe que o desejo da mãe se dirige para fora de seu campo, alhures. É junto ao pai que o desejo da mãe encontra o objeto de satisfação.

Vale ressaltar que Lacan, a partir da leitura que fez da obra de Freud, estabelece três funções para o pai, relacionadas aos três registros: o imaginário, o simbólico e o real. O pai imaginário corresponde ao pai da fantasia do sujeito. É aquele que na clínica aparece como o pai terrível, o pai rival, ou, ainda, como o pai complacente. O pai simbólico é o pai morto, que por estar morto, é equivalente a um "puro significante". É o pai que faz o laço do sujeito com a Lei da castração e o primazia do falo. O pai real é o operador da castração, corresponde, no mito, ao pai da "horda primitiva" (Freud, 1913 [1912-13]), aquele que possuía todas as mulheres. Mas sobretudo, é o pai que, por seu desejo, faz valer a Lei (simbólica) da castração. É de seu assassinato que se origina a Lei que proíbe a satisfação suprema, regulamentando as alianças. O pai real é aquilo que do simbólico se enuncia como impossível. É o pai que escapa à Lei simbólica e por isso mesmo a funda.

Voltando ao que descrevíamos como o primeiro tempo do Édipo, vemos que a criança, nesse momento, se coloca como falo imaginário. Mas essa situação não se confirma. A criança logo descobre que alguma coisa é desejada pela mãe para além dela mesma. Nesse momento, que marca o segundo tempo do Édipo, o pai é o suposto ser o portador do falo, como podemos depreender da afirmação de Lacan (1955-56):

"Ora, se trocas afetivas, imaginárias, se estabelecem entre a mãe e a criança em torno da falta imaginária do falo, o que é seu elemento essencial da cooptação intersubjetiva, o pai, na dialética freudiana, tem o seu, é tudo, ele não o troca nem o dá. Não há circulação alguma. O pai não tem função alguma no trio, exceto a de representar o portador, o detentor do falo - um ponto é tudo" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p.358).

Ainda no livro III d'O Seminário (1955-56), sobre as psicoses, Lacan ressalta que a concepção freudiana do Édipo se fundamenta pelo triângulo (pai) falo - mãe - criança, demonstrando com isso que o falo está em posse do pai. Sua posição nesse triângulo é fundamental, uma vez que representa o "anel" que faz manter tudo junto.

A criança sai, portanto, de uma relação imaginária com a mãe, renunciando às tentativas de igualar-se a um objeto, para, junto ao pai, vir a ser provido do falo. E isso só é possível a partir do momento em que a criança é privada de ser o objeto e a mãe de tê-lo por aquele que supostamente o tem (no imaginário).

O falo é realmente o objeto pivô, o objeto central do complexo de castração. É em torno de ser o falo e ter o falo, no plano imaginário, que atua a realidade da castração.

O complexo de Édipo, no entanto, chega ao fim somente quando a criança percebe, num terceiro tempo, que o pai não tem definitivamente o falo em si próprio. O falo, portanto, está fora do pai, ou melhor, em lugar algum. A falta que assim se enraíza dá condições ao sujeito de dirigir-se a outros objetos, como sujeito desejante. O declínio do Édipo, a partir do qual a criança tem acesso ao desejo, se fundamenta, portanto, em que:

"a criança assuma o falo como significante, e de uma maneira que faça dele instrumento da ordem simbólica das trocas, na medida em que ele preside à constituição das linhagens" (Lacan, J., [1956-57], 1995, p. 204).

Trata-se, nesse momento, da intervenção do pai simbólico. A função do pai adquire importância na teoria lacaniana pelas suas conotações significantes, que lhes dão sua existência. O pai, que, no Édipo, assume a função simbólica, é equivalente a um "puro significante" - o significante Nome-do-Pai. O significante Nome-do-Pai introduz uma ordenação simbólica na experiência humana e funciona, na estrutura do sujeito, como o "ponto de basta". O "ponto de basta, segundo Lacan (1955-56), é o ponto em que vêm se atar o significado e o significante. Nesses termos, o significante Nome-do-Pai polariza, engancha as significações, criando o campo de significações.

O Nome-do-Pai, enquanto significante, é o elemento que viabiliza a operação dita metáfora paterna. Essa, ordena um certo tipo de estrutura em que o sujeito se define como essencialmente marcado e assujeitado à lei simbólica - castração - e aos seus desdobramentos imaginários.

O termo metáfora refere-se à substituição de um significante por outro. Mas não é só isso. Há produção de sentido. Eis a fórmula que Lacan (1966) elabora a respeito da metáfora:

$$f(S/S)S \cong S(+)\text{s}$$

No caso da metáfora paterna, a fórmula apresentada é a que se segue:

$$NP/DM . DM/X \rightarrow NP (A/falo)$$

Significa que o Nome-do-Pai (NP), ao substituir o Desejo da Mãe (DM), produz uma significação fálica (A/falo). Como podemos observar na fórmula da metáfora paterna, o enigma do desejo da mãe, num primeiro momento, é um X. Não há produção de significação. No primeiro tempo do Édipo, a criança se oferece, oferece seu corpo, como objeto na tentativa de responder ao enigma do Desejo da Mãe. No segundo momento, a criança deixa de ser o falo, abandonando a mãe

para, junto ao pai, obter o falo, o objeto capaz de responder ao enigma do Desejo da Mãe. Nesse momento, o pai (imaginário), priva a criança de ser o falo e a mãe de tê-lo. É no terceiro tempo que a metáfora paterna se efetiva, momento em que a criança assume o falo enquanto significante da falta. A metáfora paterna se institui produzindo sentido para dar conta do enigma do Desejo da Mãe. No entanto, a resposta obtida é uma resposta não-toda. O sentido produzido conserva um resto de não-sentido. Nesses termos, entendemos que o sentido obtido na metáfora paterna é sempre fálico. O que designa uma significação fálica, visto que, ao mesmo tempo em que suscita o efeito de um saber, aponta aí mesmo para algo irreduzível que não se deixa apreender numa ilusão totalizante. Por mais que se diga, há algo que não vem à luz, algo que falta, impedindo que o sujeito o articule plenamente, que é articulado, mas que escapa à possibilidade de articulação pelo sujeito.

Este algo que escapa à significação será o objeto a. É o Real do enigma do Desejo da Mãe impossível de ser representado. O objeto a mantém o vigor da questão, sustenta vivo o enigma onde pulsa o desejo.

Qual é a relação do objeto a com o falo? O falo é um significante. É o significante que vem no lugar onde se produz a falta de significante. Ou seja, o falo assinala a

falta do significante do objeto do desejo do Outro. O falo é o significante que aponta a falta de significante, que, se existisse, acabaria com o enigma do Desejo da Mãe. O objeto *a*, por sua vez, não é um significante, ele é o que há de Real e portanto ex-sistente na cadeia significante. Por isto ele mantém o enigma da questão do desejo do Outro, pois sempre haverá um resto a responder. Se o falo aparece como o significante que responde à falta do objeto do desejo do Outro, o objeto *a* é o Real dessa falta.

É, portanto, no terceiro tempo do Édipo, no vigor da intervenção do Nome-do-Pai, que se efetua a operação de separação, a partir da qual o sujeito se liberta da alienação significante em relação ao Outro. É, portanto, através da falta do Outro, do desejo do Outro, que está para além ou para aquém no que ele faz surgir como sentido, no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. A experiência do desejo é, pois, a experiência feita pelo sujeito não apenas daquilo que o Outro lhe recusa, mas daquilo que o Outro não tem. Trata-se da interrogação do enigma do desejo do Outro, da qual o sujeito não duvida ser o enigma de seu próprio desejo. O sujeito vem a recontrar, no desejo do Outro, sua equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente.

Vimos até então que a constituição do sujeito se inaugura pelas vias do significante. O sujeito, por ser prematuro, aliena-se no campo do Outro, no que o Outro fala sobre o sujeito, possibilitando-o acessar o simbólico. No entanto, quando o sujeito surge como sentido, ele desaparece enquanto ser. É o efeito afanísico que provoca a divisão do sujeito. O sujeito dividido busca no campo do Outro um significante que fale sobre ele em sua totalidade. Mas o Outro também é um lugar faltoso. Não há Outro do Outro, o que Lacan (1966) escreve: $S(\bar{A})$, significante de uma falta no Outro. Frente à falta no Outro, a criança se oferece como objeto - falo imaginário - para completá-lo. Com a intervenção do Nome-do-Pai a criança percebe que o falo não existe, ele está para sempre perdido, enquanto objeto. A criança assume o falo enquanto significante da falta, o que lhe possibilita entrar na posse da pluralidade dos objetos que caracterizam o mundo humano.

Vale ressaltar que é no segundo momento da Alienação (a afânise), nesse primeiro acasalamento significante (S_1-S_2), que causa a divisão do sujeito (*Spaltung*), que Lacan (1964) situa o recalque originário (S_2).

O recalque originário é inferido pelo recalque secundário. Esse último é correlativo da instauração da lei fundamental na estrutura do Édipo, que, de acordo com Lacan

(1956-57) "se produz normalmente entre as idades de cinco anos e cinco anos e meio".

Trata-se do efeito retroativo que a estrutura impõe ao sujeito: um momento posterior que causa uma significação. É a lógica do "só depois" (*Nachträglich*) própria da estrutura. É por isso que se afirma que o Édipo é estruturante para o sujeito, uma vez que é nesse tempo que há o recalque secundário, que irá inferir a existência do recalque originário. A constituição do sujeito, portanto, depende desse efeito retroativo do recalque secundário sobre o recalque primário.

O que ocorre quando o recalque secundário não se efetiva? É o caso da psicose, que com a forclusão do Nome-do-Pai permanece alienada às determinações significantes do Outro, enquanto objeto. O recalque originário não é efetivado. Há sujeito, porém, sem divisão.

No próximo capítulo temos por objetivo estudar a função da forclusão da psicose e, a partir disso, pensarmos a questão do autismo.

CAPÍTULO IIIO AUTISMO NA TEORIA LACANIANA

Para pensarmos se o autismo é uma estrutura diferenciada da psicose ou uma variação no campo da psicose, torna-se necessário examinarmos o que fundamenta o campo da psicose. Nosso objetivo neste capítulo é abordar a estrutura psicótica para em seguida pensarmos sobre a questão da estrutura no autismo.

Como temos comentado até aqui, o retorno de Lacan à obra de Freud se realiza através da primazia do significante. Nessa concepção, há um significante que é primordial: o significante Nome-do-Pai. É a admissão ou não desse significante na ordem simbólica do sujeito que irá determinar a diferença entre a estrutura neurótica e a psicótica: na estrutura neurótica há admissão do significante Nome-do-Pai, enquanto na psicose:

"Trata-se da rejeição de um significante primordial em trevas exteriores, significante que faltará desde então nesse nível. Eis o mecanismo fundamental

que suponho na base da paranóia. Trata-se de um processo primordial de exclusão de um dentro primitivo, que não é o dentro do corpo, mas aquele de um primeiro corpo de significante" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 174).

Entendemos com isso que o mecanismo específico da psicose é a Rejeição. Esse processo ocorre no nível da estrutura simbólica. Trata-se da expulsão para fora da ordem simbólica do sujeito de um significante primordial:

"a psicose consiste em um buraco, uma falta ao nível do significante" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 174).

Assim sendo, o significante Nome-do-Pai, o elemento central da castração, necessário à inscrição do sujeito na ordem simbólica é, no caso da psicose, rejeitado (*Verworfen*).

Vale ressaltar que, para falar do mecanismo da psicose, Lacan retoma o conceito de Freud sobre a *Verwerfung*, tal como Freud (1918[1914]) a emprega no caso do "Homem dos Lobos", ao afirmar que seu paciente:

"Rejeitava [*Verwerfung*] a castração e apegava-se à sua teoria de relação sexual pelo ânus. Quando digo que ele havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de havê-la reprimido. Isso não implicava, na verdade, em julgamento sobre a questão da sua existência, pois era como se não

existisse" (Freud, S., 1918[1914], 1972, p. 107).

Na leitura que Lacan (1955-56) faz da obra de Freud, ele propõe que se traduza a *Verwerfung* freudiana pelo termo forclusão:

"Não torno a voltar à noção da Verwerfung de que parti, e para a qual, tudo bem refletido, proponho que vocês adotem definitivamente esta tradução que creio ser a melhor - a forclusão" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p.360).

Dessa forma, o termo *Verwerfung* é traduzido e interpretado por Lacan, como a forclusão do significante Nome-do-Pai. O termo forclusão (do francês *forclusion*) é utilizado no âmbito jurídico para se referir a um processo prescrito. Ou seja, aquilo que, por decurso de prazo, não é mais admissível. Seguindo essa idéia, a forclusão vem então designar o funcionamento da psicose frente à castração. A forclusão do psicótico é uma forma de negar a castração. Essa forma de negação não deixa vestígio. O que é forcluído - o significante Nome-do-Pai, o instrumento operador da castração - não pode mais voltar ao lugar de onde foi excluído. No entanto, o fato de que esse significante tenha sido excluído da ordem simbólica do sujeito não significa que ele tenha sido aniquilado. Assim, o significante forcluído do simbólico reaparece no Real, como podemos depreender na

afirmação de Lacan (1953-54) ao abordar o caso do "Homem dos Lobos":

"A castração, que é precisamente o que para ele não existiu, manifesta-se sob a forma do que ele imagina - ter-se cortado o dedinho, tão profundamente que só se segura por um pedacinho de pele. Fica submerso pelo sentimento de uma catástrofe tão inexprimível que não ousa nem mesmo falar disso para a pessoa ao seu lado. Aquilo de que não ousa falar, é isso - é como se essa pessoa à qual ele imediatamente refere todas as suas emoções, estivesse anulada. O outro não existe mais. Há uma espécie de mundo exterior imediato, manifestações percebidas no que chamarei um real primitivo, um real não-simbolizado, apesar da forma simbólica, no sentido corrente da palavra, que toma esse fenômeno" (Lacan, J., [1953-54], 1979, p. 73).

O dedo cortado na alucinação do "Homem dos Lobos" designa o retorno no Real da castração. Da mesma forma, no delírio de Schreber, vemos retornar a castração no Real: pela via da emasculação. Schreber viu seu corpo submetido a uma desvirilização progressiva.

Constatamos com isso que, diferentemente da neurose, onde o que é recalçado no simbólico retorna no próprio simbólico, sob a forma de sintoma, na psicose o que é foracluído no simbólico retorna no real. O retorno no real daquilo que não foi inscrito no simbólico se manifesta por

diversos fenômenos, dentre os quais a alucinação figura como a mais importante.

A alucinação é um fenômeno particular que aponta para a relação do sujeito com a cadeia significante, relação essa que se fundamenta pela exterioridade do sujeito com o significante. É por essa posição que o psicótico vem a saber que a linguagem está fora, se forma no Outro e impõe suas leis. Saber esse que se encontra velado em outras estruturas clínicas. A psicose, diferentemente das outras estruturas, põe a nu o que é da ordem da estrutura - estrutura da linguagem, sua ordenação, seu segredo. O psicótico dá testemunho aberto da presença do Outro, testemunho esse que não oferece condição de restaurar seu sentido e de partilhá-lo no discurso dos outros. É esse saber que lhe desvela sua condição de servo da linguagem. É esse saber que lhe rouba a ilusão, como encontrada nos neuróticos, de que falamos, quando na verdade somos falados. Sem essa ilusão, o psicótico é "habitado, possuído, pela linguagem", nos diz Lacan (1955-56), designando com isto que o psicótico é um "fantoche" na mão do Outro: não é ele que fala, é o Outro.

Como vimos no capítulo anterior, o significante Nome-do-Pai, pela via da metáfora paterna, produz, em relação ao enigma do desejo do Outro, um sentido que é, no entanto, um sentido não todo, ou melhor, uma significação fálica. É o

advento da significação fálica que irá manter o sujeito neurótico, a um só tempo, num lugar fixo e à distância em relação ao Outro. Lugar fixo porque, com o advento da significação fálica, sempre haverá um resto a ser significado. É em torno desse resto, é em torno do ponto real do enigma do desejo do Outro, que o neurótico irá se orientar no mundo. Ao mesmo tempo, o neurótico se mantém à distância em relação ao Outro em função das articulações significantes, que sempre serão insuficientes para dar conta desse enigma como um todo. É, portanto, em torno do ponto real do enigma do desejo do Outro que o neurótico irá se orientar no mundo de relações, sempre a uma certa distância necessariamente intransponível para o sujeito. É esse distanciamento em relação ao Outro que mantém a ilusão neurótica da liberdade das escolhas.

Na psicose, no entanto, o caminho é outro. Sem a admissão do significante Nome-do-Pai na ordem simbólica do sujeito, a significação fálica não advém, condição de possibilidade de um saber sobre o desejo do Outro, mas um saber limitado. Na psicose, trata-se de um saber total. Saber que diz o que o Outro quer. Querer ao qual o psicótico não pode se furtar, pois se trata aí de um imperativo. Não há um distanciamento entre o psicótico e o Outro. A presença do Outro na psicose é maciça, condenando o psicótico a ocupar o lugar de objeto. O psicótico é reduzido então, a não ser mais

que o suporte do desejo do Outro. Nesse caso o psicótico está condicionado às exigências e aos caprichos do Outro. É nesse ponto que podemos situar a psicose, como indica Lacan (1956-57):

"A partir do momento em que o jogo fica sério, e em que, ao mesmo tempo, não passa de um jogo de tapeação, a criança é inteiramente sujeita àquilo que o parceiro lhe indica. Todas as manifestações do parceiro se tornam para ela sanções de sua suficiência ou de sua insuficiência. Na medida em que a situação prossegue, isto é, em que não intervém, devido à Verwerfung que o deixa de fora, o termo do pai simbólico (...) a criança se vê na situação muito particular de estar inteiramente entregue ao olho e ao olhar do Outro" (Lacan, J., [1956-57], 1995, p. 232)

Entendemos com isso que, no caso da psicose, a operação de separação não se realiza, visto que não há admissão no simbólico da castração. Como já assinalamos no capítulo anterior, é próprio da estrutura seu efeito retroativo. Assim sendo, o primeiro tempo, o da alienação, só ganha efetividade no "só depois", a partir do segundo, o da separação, que remete, dá sentido e nos permite apreender o primeiro. "Só depois" da separação é que poderíamos falar de alienação. Como no caso da psicose, a separação não se realiza, devido à forclusão do Nome-do-Pai, como podemos pensar a alienação?

Em O Seminário (1964), livro XI, sobre os quatros conceitos fundamentais da psicanálise, Lacan indica que, no caso da psicose, não há divisão do sujeito. Essa ausência de divisão do sujeito é patente na crença psicótica:

"No fundo da própria paranóia, que nos parece no entanto toda animada de crença, reina esse fenômeno de Unglauben. Não é o não crer nisso, mas a ausência de um dos termos da crença, do termo em que se designa a divisão do sujeito. Se não há, de fato, crença que seja plena, e inteira, é que não há crença que não suponha, em seu fundo, que a dimensão última que ela tem que revelar é estritamente correlativa do momento em que seu sentido vai desvanecer-se"
(Lacan, J., [1964], 1985, p. 225)

Constatamos com isto que, no caso da psicose, já que não há separação, devido à forclusão do Nome-do-Pai, a alienação fica comprometida: não há afânise do sujeito. Na psicose trata-se, então, de um sujeito sem divisão.

Como vimos no capítulo anterior, a afânise do sujeito ocorre quando o S2 junto ao qual o S1 intervém, incide sobre o sujeito. Nessa operação algo se perde, algo escapa à simbolização - o objeto a - o que engendra a incompletude do sujeito, ou seja, sua divisão. A divisão do sujeito vem designar que ele só poderá chegar a se fazer representar por um significante, e nunca de modo pleno. A precariedade do significante leva o sujeito neurótico à

dúvida quanto à sua própria existência - Que sou eu aí no desejo do Outro? Na psicose, no entanto, a forclusão da falta no Outro, e conseqüentemente a ausência de divisão do sujeito, engendra uma certeza. Tudo se passa como se os atributos do Outro não fossem precários, e pudessem definir o sujeito. A nível significante, o que ocorre na psicose é que não há intervalo entre a primeira dupla significante (S1-S2), porque não há afânise do sujeito. Trata-se do que Lacan (1964) denominou como holófrase. O S2, o significante do saber do Outro, pode juntar-se ao S1, mas sem queda do objeto a. O S1 e o S2 se acham, portanto, reunidos, holofraseados.

Vimos que a forclusão do Nome-do-Pai na psicose acarreta uma série de remanejamentos: o retorno do significante no Real, a presença maciça do Outro, a crença psicótica, a holófrase significante. Além desses remanejamentos, a ausência do significante Nome-do-Pai no simbólico, produz, na estrutura psicótica, uma intensificação nas relações imaginárias, como indica Lacan (1955-56):

"O Outro, com A maiúsculo, eu lhes disse que ele estava excluído, enquanto detentor do significante. Por isto ele é tanto mais potentemente afirmado, entre ele e o sujeito, no nível do outro com minúsculo, do imaginário" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 221):

Trata-se de uma tentativa de restituição. De um recurso da estrutura psicótica face à carência do significante Nome-do-Pai. Só nos damos conta desse recurso, de sua existência, no "só depois", no momento do desencadeamento da psicose. Assim é que, entre a forclusão do Nome-do-Pai e o momento do desencadeamento da psicose, se desenrola uma vida que, pela ausência do significante Nome-do-Pai, vem a ser sustentada por uma compensação imaginária. A respeito de um fragmento clínico, sobre um adolescente, que até o momento de desencadeamento de sua psicose tentava conquistar a tipificação da atitude viril por intermédio de identificações com um companheiro, Lacan (1955-56) afirma que se tratava de uma:

"Compensação imaginária do Édipo ausente, que lhe teria dado a virilidade sob a forma, não da imagem paterna, mas do significante, do nome-do-pai" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 220).

Compensação imaginária presente também no caso do presidente Schreber, em que a proliferação de imagens paternas - Flechsig e Deus - vem no lugar mesmo da ausência, por forclusão, do Nome-do-Pai.

Se a compensação imaginária é um recurso da estrutura psicótica, que sustenta o sujeito até o momento de

desencadeamento de sua psicose, o que romperia este "equilíbrio"?

"E o momento em que do outro como tal, do campo do outro, vem o apelo de um significante essencial que não pode ser acolhido" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 344).

O momento de desencadeamento refere-se, portanto, ao encontro do sujeito com uma exigência da ordem simbólica. Trata-se de uma situação da vida do sujeito, em sua história biográfica, em que um terceiro se interpõe e se impõe ao sujeito, interpelando-o no cerne de suas relações com o outro, exigindo-lhe uma resposta a nível significante. Resposta essa concernente à paternidade e à morte, a qual só pode ser articulada no plano simbólico.

Diante dessa breve exposição, sobre o mecanismo da psicose, podemos agora abordar a questão sobre o diagnóstico do autismo. Questão essa centrada na controvérsia sobre ser o autismo uma estrutura psicótica ou não.

No artigo *Hors discours: autisme et paranoia* (1983), Colette Soler estabelece uma distinção fenomenológica entre o autismo e a psicose, como podemos depreender na citação que se segue:

"Un premier problème se pose: peut-on isoler une catégorie 'enfants autistes'? En tout cas, je les distingue effectivement des enfants qui sont clairement délirants" (Soler, C., [1983], 1990, p.16).

Seguindo esta idéia, Colette Soler (1983) descreve quatro traços presentes na relação da criança autista com o Outro. Trata-se de fenômenos que foram agrupados a partir de casos clínicos que a literatura analítica apresenta.

O primeiro traço refere-se à perseguição pelos signos da presença do Outro, pelo olhar e pela voz. Isso explica o comportamento de crianças autistas de tampar suas orelhas e apresentar estrabismos ou olhar ausente.

O segundo traço refere-se a uma anulação do Outro. São crianças que se comportam como se estivessem sozinhas. Este fenômeno completa o primeiro, uma vez que provém do evitamento, da recusa de ser chamado pelo Outro.

O terceiro traço Colette Soler (1983) denomina como "a recusa do que o Outro pode intimar com sua fala". Em função dessa recusa a criança autista não faz apelo. A ausência da dimensão do apelo é o correlato e o complemento da recusa de ser chamado pelo Outro.

Por fim, o quarto traço é a impossibilidade da criança se separar do Outro, no sentido concreto do termo - separação física.

Constatamos com isso que o autismo apresenta uma fenomenologia própria, específica, que a distingue das "crianças delirantes" - as psicóticas. Estaria essa distinção fenomenológica apontando para uma diferença estrutural?

Em O Seminário (1955-56), livro III, sobre as psicoses, Lacan revela que:

"A estrutura aparece no que se pode chamar, no sentido próprio, o fenômeno (...). Do ponto de vista que nos guia, temos essa confiança a priori no fenômeno, pela simples razão de que nosso encaminhamento é científico, e de que o ponto de partida da ciência moderna é não se fiar nos fenômenos e procurar atrás algo de mais subsistente que o explique" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 166).

Se queremos nos situar na teoria psicanalítica, devemos colocar a questão do autismo não em termos de manifestações fenomenológicas, mas em termos de estrutura. O que quer dizer que temos que abordar a relação do sujeito autista com o Outro. Veremos então, a partir dos autores lacanianos, o que há atrás dos fenômenos que se manifestam no autismo.

Ainda no artigo *Hors discours: autisme et paranoia* (1983), Colette Soler situa o autismo "em um aquém da alienação: uma recusa de entrar nela, um 'parar na entrada'".

Como vimos no capítulo anterior, a mãe, enquanto Outro, fala ao bebê, oferece-lhe um nome, antes mesmo de seu nascimento. É pela via dos significantes, que lhes são atribuídos pelo Outro, que o sujeito poderá advir. Antes que isso ocorra, o bebê humano é puro real, um ser, ou ainda, "pedaços do corpo original" - como afirma Lacan (1962-63). Esse momento anterior ao advento do sujeito, antes da operação de alienação, Lacan (1962-63), no seminário sobre a angústia, faz corresponder ao auto-erotismo. É um momento em que se "falta a si mesmo", como ele afirma:

"Et c'est à cela que répond le vrai sens, le sens le plus profond à donner au terme d'auto-érotisme c'est qu'on manque de soi, se je peux dire, du tout au tout. Ce n'est pas du monde extérieur qu'on manque, comme on l'exprime improprement, c'est de soi-même" (Lacan, J., 23/01/63, p. 129).

Assim sendo, a constituição do sujeito comporta a sentença da ética freudiana: "onde isso era, devo eu vir a ser". Onde era isso, puro real, devo torna-me sujeito. O ser falante deve realizar seu destino que é de se inscrever no significante. Os significantes a natureza os oferece, o

importante é que o sujeito se reconheça aí, como ressalta Lacan (1964):

"O importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que - antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí - isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador" (Lacan, J., [1964], 1985, p. 26)

Mas nada dá garantia de que este percurso se realize. Isso dependerá do modo como o sujeito irá escrever a falta do Outro. O sujeito só pode advir ali onde o Outro se barra. O Outro deve dar sua falta. Dizer que o Outro deve dar sua falta permite escrevê-lo ~~A~~ (A barrado). Significa que o Outro é também castrado, que porta o significante Nome-do-Pai, o qual engendra a falta. Essa falta permite à mãe, enquanto Outro, desejar que algo a complete - no caso, um filho. A criança vem então no lugar de objeto - o falo imaginário - para suturar a falta da mãe. É da marca de um desejo que o bebê humano depende para constituir-se. É o desejo da mãe que extrai o ser do anonimato, inserindo-o na linguagem, permitindo a constituição do sujeito.

Para pensarmos sobre a questão do autismo, devemos nos questionar sobre o que ocorre na relação do sujeito com o Outro, que instaura o autista num aquém da alienação.

De acordo com Rosine e Robert Lefort (1980), no autismo trata-se de um "Outro não furado" precisamente no tempo lógico do advento do sujeito. Dizer que o Outro não é furado, significa dizer que é um Outro absoluto, sem barra (A). No caso do autismo o Outro é sentido como "toda-ausência", como afirmam os Lefort (1980), a partir da análise de um caso clínico - Marie-Françoise:

"Aliás, ela define esta 'toda-ausência' do Outro quando ela lança seu apelo 'mamãe' ao objeto, ao prato de arroz, chave de um mundo real em que a 'toda-presença' só tem como corolário a 'toda-ausência' do Outro, sem que nenhum sujeito tenha chance de advir nesta alternativa de exclusão" (Lefort, R., [1980], 1990, p. 292).

Devemos, no entanto, precisar o que significa afirmar que o "Outro não é furado", no caso do autismo. Isso porque, como a clínica de crianças autistas revela, trata-se, em sua maioria, de mães neuróticas e portanto castradas, barradas (A).

No *Discours de Cloture des Journée sur les Psychoses chez L'Enfant* (1967), Lacan afirma que:

"pour obtenir un enfant psychotique, il y faut au moins le travail de deux générations, lui-même en étant le fruit

de la troisième" (Lacan, J., [1967], 1968, p. 27).

Com isso, Lacan parece designar que algo fica fora da cadeia significante. E que, por isso, não pode ser transmitido à geração seguinte. Trata-se de uma falha no recalque advinda da relação do sujeito com o Outro que, num terceiro tempo geracional, dá origem à psicose.

Seguindo a vertente lacaniana, Luciano Elia (1991), no artigo intitulado *Terá ela inconsciente D'isso?*, a partir da análise realizada com um sujeito, cujo filho era autista, revela na estrutura deste sujeito - que no caso era a mãe - o ponto de determinação na constituição do autismo:

"Enfim, teria esse sujeito 'inconsciente' de sua posição materna, no sentido de um saber (S2) inconsciente sobre o que a designava (S1) como mãe, significantes cuja articulação poderia então produzir o desejo materno que não se enunciava como 'desejo-frio-de-morrer-com-ele-dentro?' O jogo de palavras contido na questão 'Terá ela inconsciente d'isso' permite que se tome o isso da frase como, precisamente, aquilo que escapa ao sujeito em termos de possibilidade de significação, ou, dito de outro modo, aquilo que se encontra ejetado para fora da cadeia significante inconsciente, e que produz, assim, uma espécie de transmissão geracional em três tempos, sendo o primeiro o da avó, o segundo o da mãe e portanto o do não recalque disso, e o terceiro o autismo de D." (Elia, L., 1991, p. 31-32)

O relato apresentado por Elia (1991) permite apreender o "ponto de determinação" na estrutura do sujeito em questão: o encontro com a maternidade deflagrou a falha do recalque. Trata-se da relação do sujeito (a mãe) e do Outro (a avó, na medida em que encarna essa função para o sujeito). E de que nessa relação algo não foi recalcado - a questão da maternidade - o que, num terceiro tempo, produziu o autismo.

Ainda que haja, como no caso em questão, uma estrutura específica da mãe do autista - a histeria - trata-se de encontrar "pontos de determinação", na análise do sujeito. E que, provindo da geração anterior, é transmitido como tal ao sujeito da terceira geração, podendo produzir o autismo.

Constatamos com isso que falar do "Outro não furado", no autismo, significa que algo na estrutura da mãe, enquanto Outro, falha, comprometendo a relação da mãe com seu filho. Esse comprometimento diz respeito à questão do desejo. O que ocorre no autismo é que a falha do recalque na estrutura da mãe impossibilita-a de atribuir ao bebê o desejo que o colocaria no lugar de falo imaginário.

Pierre Bruno, na conferência proferida em 28/10/91, afirma que o autismo é determinado pela "não função do desejo materno". No autismo, assim como na esquizofrenia, a gravidez

é sentida pela mãe como um acontecimento simplesmente fisiológico, em que o embrião é considerado perturbador ou estimulador da atividade orgânica. Isso podemos depreender na afirmação de Lacan (1962-63) no seminário sobre a angústia:

"Ce qu'avait été son enfant au moment où il était dans son ventre: rien d'autre qu'un corps diversement commode ou embarrassant" (Lacan, J., 23/10/63, p.129).

Se à criança autista é vedado o lugar de falo imaginário, que lugar estaria ela destinada a ocupar? Alphonse De Waelhens (1972) afirma que, neste caso, a criança vem ocupar o lugar de:

"um objeto endógeno bom ou mau, cuja expulsão será sentida ora como uma perda ou lesão, ora como um alívio" (Waelhens, A., [1972], 1995, p.40).

Se ao autista não é atribuído o lugar de falo no desejo do Outro, resta-lhe então o lugar de objeto do Outro. Vale ressaltar que a criança, no lugar do falo, "completa" a mãe, mas ao mesmo tempo aponta para a falta. Afinal no lugar do falo, a criança só pode situar a mãe como faltosa daquilo que ela se encarrega de preencher. O autista, como objeto, encarna a mais radical rejeição à falta do Outro. Dessa forma, não há meios desse sujeito autista ter acesso ao desejo, pois isto contestaria prontamente o mito materno da completude, marcando, assim, a falta do Outro. Nesse sentido,

o autista é condenado ao mutismo, porque "falar para o autista só iria confirmar o desaparecimento do Outro" (Lefort, R., 1983-88).

Tendo em vista que o autista encarna a posição de objeto, podemos falar, neste caso, de subjetividade humana? O que ocorre com o infante quando este não acede à alienação?

Colette Soler (1983) elabora a fórmula do autismo, representado por $S1/s$, onde $S1$ é o significante unário e s é o sujeito, mas não o sujeito dividido ($\frac{S}{s}$). No autismo trata-se de um sujeito mortificado no significante $S1$. O autista não faz cadeia. Trata-se de um $S1$ congelado que não o representa ante um outro significante, $S2$, pois o $S2$ não é atribuído pelo Outro.

Seguindo as coordenadas de Colette Soler (1983), podemos pensar o autismo como uma das possibilidades de constituição da subjetividade humana. No autismo, trata-se, portanto, de uma posição subjetiva, na qual o sujeito adere à posição de objeto.

A não função do desejo materno instala o autismo num tempo lógico anterior à operação de alienação. E, mais especificamente, no auto-erotismo. Isto, no entanto, não significa que o autista esteja fora da linguagem, mesmo se

ele não fala, ele é tomado no significante, pelo fato de se falar dele. É isso que Lacan vem apontar no *Discours de Cloture des Journées sur les Psychoses chez L'Enfant* (1967), ao abordar uma comunicação realizada por Sami Ali, referente à linguagem no autismo:

"Mais ce que je demande à quiconque a entendu la communication que je mets en cause, c'est oui ou non, si un enfant qui se bouche les creilles, on nous le dit, à quoi? à quelque chose en train de se parler, n'est pas dé jà dans le postverbal, puisque du verbe il se protège" (Lacan, J. [1967], 1968, p. 30).

Vimos, então, que a fenomenologia do autismo apresenta algumas especificidades, distinguindo-o das crianças delirantes - as psicóticas. Buscamos, a partir disso, saber o que estaria recoberto pelos fenômenos do autismo. Analisamos então a relação do autismo com o Outro e constatamos que o autista é resposta no real ao deserto do desejo do Outro.

Frente à não função do desejo do Outro, função esta que atribuiria o lugar de falo para a criança, o autista é condenado a ocupar o lugar de objeto do Outro. Petrificado no significante S1, o autista não se faz representar para um outro significante, o que o instaura num aquém da alienação. Chegamos à questão principal de nossa dissertação: o autismo

situado como está num aquém da alienação, poderia ser incluído no campo das psicoses?

Rosine e Robert Lefort , no livro Nascimento do Outro (1980), consideram o autismo como uma a-estrutura, como podemos depreender da citação que se segue:

"Vemos bem, com efeito, o que acontece com Marie-Françoise, para quem o Outro não está, e, por conseguinte, a falência da estrutura" (Lefort, R. e Lefort R., [1980], 1990, p. 282).

O termo "a-estrutura", será posteriormente abandonado por Rosine e Robert Lefort, como revelam em entrevista publicada na revista O Autismo (1995):

"A a-estrutura: deixamos de empregar mais tarde esse termo por ser absoluto demais" (Lefort, R e Lefort, R., 1995, p. 146).

Mas a distinção entre o autismo e a psicose será mantida. Para manter essa distinção, os Lefort justificam que na psicose o sujeito é colocado no lugar de objeto (falo imaginário), para suturar a falta do Outro. Enquanto isso, no autismo, o "Outro não é barrado", não havendo aí possibilidade do bebê localizar-se enquanto fala. Rosine e Robert Lefort indicam uma passagem possível do autismo à psicose, viabilizada pela tentativa de fazer uma incisão no Outro, fazer nele o buraco onde o autista poderia se alojar.

No entanto, essa passagem se efetiva fora do simbólico, no real: daí essa violência física do autista, que indica a tentativa, no real, em ferir o Outro, para repará-lo, fazendo-se de objeto da completude do Outro.

Assim, para Rosine e Robert Lefort, o autismo é uma estrutura diferenciada da psicose. A razão é que há no autismo uma ausência radical do Outro que o instala num tempo lógico diferente da psicose. Sabemos que na psicose a operação de separação não se efetiva, devido à forclusão do Nome-do-Pai. Isso acarreta um comprometimento na operação de alienação. Mas, mesmo de forma comprometida, esta operação está presente na psicose, o que não ocorre com o autismo, onde a não função do desejo materno o instala num aquém da alienação. Nesse sentido, o que caracteriza a psicose "é sua instalação no campo da alienação", enquanto no autismo, trata-se de "uma recusa de entrar nela [na alienação]" (Colette Soler, 1983).

No entanto, vimos, a partir de Lacan, que as três estruturas clínicas são definidas de acordo com o posicionamento do sujeito frente à falta do Outro. Nesse contexto, encontramos na neurose o recalque como uma forma de organização dessa falta, na perversão há o desmentido e na psicose a forclusão. Temos então três mecanismos de negação da falta do Outro que irão determinar as três estruturas

clínicas. Haveria, então, um outro mecanismo que justificasse considerar o autismo como uma estrutura diferenciada da psicose?

Vale ressaltar que Lacan (1955-56) seguindo as coordenadas de Freud divide o campo das psicoses em dois: a paranóia e a esquizofrenia, como podemos depreender na sua afirmação:

"Lembro-lhes que no fim da observação do caso Schreber, que é o texto maior de sua doutrina concernente às psicoses, Freud traça uma linha divisória de águas, se assim posso me exprimir, entre paranóia de um lado e, de outro, tudo o que gostaria, diz ele, que fosse chamado parafrenia, e que corresponde exatamente às esquizofrenias. Aí está uma referência necessária à inteligência do que diremos mais adiante - para Freud, o campo das psicoses se divide em dois" (Lacan, J., [1955-56], 1985, p. 12).

Sabemos que Freud (1911) situa a paranóia no narcisismo e a esquizofrenia no auto-erotismo. E apesar da "fixação disposicional" diferentemente localizada na paranóia e na esquizofrenia, o mecanismo é o mesmo:

"Do ponto de vista da teoria da libido, embora se assemelhe à demência precoce na medida em que a repressão propriamente dita em ambas as moléstias teria o mesmo aspecto principal - desligamento da libido, juntamente com sua regressão para o ego -, ela [paranóia] se distinguiria da demência precoce por ter sua fixação

disposicional diferentemente localizada e por possuir um mecanismo diverso para o retorno do reprimido (isto é, para a formação de sintomas)" (Freud, S., [1911], 1972, p. 100).

Vimos, então, que apesar da paranóia e da esquizofrenia apresentarem "fixações" distintas, nem por isto apresentam estruturas diferentes. Assim sendo, pensar o autismo como uma a-estrutura, fora do campo da psicose, por estar ele instalado num aquém da alienação, não parece justificar-se. A afirmação de Colette Soler (1983) nos parece bastante esclarecedora sobre o assunto:

"à partir de l'enseignement de Lacan il nous faudrait arriver à montrer que le mécanisme unique de la forclusion a des effets différents dans les trois cas [la paranoia et la schizophrénie, voire l'autisme]" (Soler, C., [1983], 1990, p. 10).

Além disso, Lacan (1975), na conferência de Genebra, afirma que:

"Se trata de saber por qué hay algo en el autista o en el llamado esquizofrénico, que se congela, podría decirse" (Lacan, J., [1975], 1993, p. 134).

Neste contexto, Lacan (1975) parece aproximar o autismo da esquizofrenia, designando assim o autismo ao campo das psicoses.

Seguindo as coordenadas lacanianas, Pierre Bruno (1991) defende a idéia de que:

"O autismo, particularmente aquilo que se chama autismo infantil precoce, poder-se-ia traduzir por esquizofrenia precocemente desencadeada" (Bruno, P., 1991, p. 26).

De acordo com Bruno (1991) a esquizofrenia e o autismo seriam determinados pela "não função do desejo materno". E a diferença fenomenológica entre ambos seria determinada pelo momento de desencadeamento da psicose, que, no caso do autismo, seria precocemente desencadeada.

Mas situar a "não função do desejo materno" na origem do autismo não estaria em oposição direta à teoria lacianiana, que sustenta a forclusão do Nome-do-Pai, como o fator estrutural que se deve responsabilizar pela possibilidade da psicose?

É preciso lembrar que o Desejo da Mãe se apresenta para o sujeito em forma de enigma - "o que ela quer?" - diante do qual a criança se oferece, ocupando o lugar de falo (imaginário), para respondê-lo. Esse enigma só é possível no vigor do significante Nome-do-Pai: é pela falta do Outro, nos intervalos do discurso do Outro, que surge o enigma. O que

ocorre no autismo é que, na relação que se estabelece entre o sujeito (s, o sujeito não dividido, de acordo com Colette Soler, [1983]) e o Outro (A), o significante Nome-do-Pai fica de fora, ou melhor, foracluído do simbólico. E retorna no real, nos automatismos da linguagem. Como já havia sido observado por Leo Kanner, a criança autista reproduz o discurso tal como é pronunciado pelo Outro, designando a si mesmo, por exemplo, com o pronome pessoal "ele". Lacan (1975), parece apontar para este fato ao afirmar que:

"Los autistas se escuchan ellos mismos. Escuchan muchas cosas (...). Todos los autistas no escuchan voces, pero articulan muchas cosas y se trata de ver precisamente dónde escucharon lo que articulan" (Lacan, J. [1975], 1993, p. 134).

Lacan parece indicar que, no caso do autismo, a relação do sujeito com o Outro é direta, o discurso do Outro aparece no real, os autistas ouvem o discurso do Outro como se viesse deles próprios.

Constatamos com isso que a "não função do desejo materno" instala o sujeito no lugar de objeto, e não de falo imaginário, foracluindo a falta do Outro. Vale ressaltar que o sujeito, ao ocupar o lugar de falo (imaginário), está apontando para a falta do Outro, na medida em que é justamente essa falta que o sujeito se encarrega de suturar.

O autista, na posição de objeto, está "confirmando" a "completude" do Outro. Nesses termos, o autismo é resposta no real da "não função do Desejo da Mãe", encarnando, enquanto objeto, a foraclusão da falta do Outro.

Tendo como referência o mecanismo da foraclusão do Nome-do-Pai, podemos afirmar que o autismo está situado no campo das psicoses, sendo, portanto, uma variação dentro desse campo.

Como afirmamos na introdução dessa dissertação, a questão sobre a estrutura do autismo só tem sentido se servir de orientação para o tratamento. Isso porque, no tratamento, o analista é convocado a ocupar o lugar do Outro e cada estrutura clínica apresenta uma forma específica de posicionamento frente ao Outro. Para terminarmos nossa dissertação, retornaremos à questão do lugar possível do analista. Não temos, certamente, a conclusão desse problema. Mas acreditamos poder fazer algumas considerações sobre o direcionamento do tratamento, no caso do autismo, a partir da exposição aqui realizada. Deixemos para estudos posteriores um maior aprofundamento sobre o assunto.

Como vimos no decorrer desse capítulo, o sujeito (s), no autismo, adere à posição de objeto, foracluindo a falta do Outro. Diante de um Outro sem furo, completo (A), a

única posição possível é de objeto. Enquanto objeto, o sujeito autista não pode falar, nem olhar, pois isso contestaria a completude do Outro, causando, assim, seu desaparecimento. Como se trata de uma relação direta, não dialetizada entre o sujeito (s) e o Outro (A), devido à forclusão do Nome-do-Pai, o desaparecimento do Outro diz respeito ao desaparecimento do próprio sujeito. Frente a esse posicionamento subjetivo, como podemos pensar o lugar do analista? Como a presença do analista pode funcionar de modo que não coloque para o sujeito(s) seu desaparecimento?

Bruno (1991) afirma que a condição possível para o tratamento do autismo é o sujeito (s) produzir um certo distanciamento entre ele e o Outro:

"Quando ele puder balizar de onde ele ouve, se isso for possível, então falar, para ele, não terá a mesma significação de morte do Outro" (Bruno, P., 1991, p. 28)).

Um exemplo desse tipo é apresentado por Bruno (1991), baseado no caso Joey, de Bettelheim (1967). O caso é conhecido na literatura psicanalítica pela relação de Joey com as máquinas: Joey se comunicava com as pessoas através das máquinas, que ele construía, e que, na verdade, funcionavam como um prolongamento de seu corpo. Um "homem mecânico", foi assim que Bettelheim (1967) o denominou. Joey,

ao contrário de outras crianças, era um autista que falava. Além disso, após seu tratamento, Joey conseguiu "aprender a viver em sociedade": terminou a escola secundária e trabalhava.

A partir desse exemplo, Bruno (1991) parece indicar que Joey, em seu processo analítico, balizou, através das construção de suas máquinas engenhosas, de onde ele ouvia o que ele dizia. Ou seja, Joey parece ter produzido uma certa subjetivação do Outro.

Acreditamos, no entanto, que apesar dos "progressos" obtidos por Joey, este permanece no campo das psicoses. Isso significa dizer que não há como, no processo analítico, introduzir o significante Nome-do-Pai na ordem simbólica do sujeito, uma vez que este significante já tenha sido foracluído. Por mais "satisfatório" que seja o tratamento com crianças psicóticas haverá um impasse: a separação impossível. É isto que Colette Soler parece afirmar em seu artigo *Hours discours: autisme et paranoïa*, ao apontar a direção do tratamento no autismo (1983):

"Ils restent dans la psychose, parfois un peu plus dociles à l'éducation. Quand les auteurs font remarquer, en passant, que pour tel enfant d'importants progrès ont été obtenus mais qu'il ne pourra pas se marier, que disent-ils d'autre que ceci: l'Autre, cette machine signifiante libidinale, arrive à faire fonctionner,

dans ces cas-là au moins, bien des organes, mais il y en a un - l'organe par excellence - qu'elle n'arrive pas à faire fonctionner, à savoir le phallus" (Soler, C., [1983], 1990, p. 24).

Para finalizarmos nosso trabalho, apresentaremos fragmentos de um caso clínico de autismo. Com isso estaremos retornando ao ponto de onde partimos - a clínica -, confirmando, assim, o essencial da psicanálise, em que a teoria e a clínica são inseparáveis.

Gabriel, contando seis anos de idade, era estrábico, não falava e apresentava movimentos estereotipados. Suas "brincadeiras" não tinham valor social. Gabriel jogava os objetos para o alto ou então rodava-os, acompanhando o movimento do objeto com o corpo - balançava-se para frente e para trás e sacudia as mãos. Os objetos pareciam prolongamento de seu corpo, fato que poderia ser observado nos jogos de bola: quando a bola quicava no chão, Gabriel pulava junto. Um momento marca ainda mais sua posição subjetiva, a de objeto. Trata-se de seu encontro com sua imagem no espelho, a qual Gabriel não reconhece: numa das primeiras sessões, Gabriel olha para o espelho e o puxa para ver se há alguém atrás que justifique aquela imagem que ele não reconhece como sendo sua.

Passadas várias sessões, Gabriel retorna ao espelho e lambe sua imagem refletida. Nesse momento, intervimos, nomeando a imagem, apontando que aquela imagem no espelho era dele, Gabriel. Essa "brincadeira" tornou-se cada vez mais freqüente e a cada vez introduzíamos mais significantes referentes à história de Gabriel.

Acreditamos que essas intervenções, a nível significante, causaram algum efeito. Isso porque, a partir dessas "brincadeiras", que se repetiram por varias sessões, Gabriel traça um olhar com endereçamento, advindo o sorriso como reconhecimento do Outro. Nesse momento, porém, sua análise é interrompida. E o que deveriam ser umas férias na Paraíba tornou-se mudança definitiva de moradia, sem que tal fato fosse comunicado à analista.

Pensamos desse caso que o encontro de Gabriel com os significantes advindos do analista, enquanto Outro, viabilizaram um certo distanciamento entre ele e o Outro, o que permitiu a Gabriel marcar algo da presença do Outro com certo endereçamento: seu olhar acompanhado de um sorriso.

Acreditamos, com isso, que a direção do tratamento deve seguir no nível significante da falta no Outro e não no nível da imposição do objeto real para satisfação das

necessidades, ou como "maternagem" compensatória da falta da mãe.

Nada de conclusivo, no entanto, a esse respeito, apenas algumas considerações iniciais referentes à direção do tratamento , que devem ser cuidadosamente analisadas num outro momento.

Conclusão

Diante das questões iniciais que nortearam a nossa dissertação - a saber, o diagnóstico de autismo e a direção do tratamento feito a partir desse diagnóstico - vimo-nos frente à tarefa de investigar o que estaria por trás de fenômenos tão específicos que se manifestam no autismo. Crianças que se comportam como se estivessem sozinhas, ignoram, de forma radical, a presença do Outro: não falam, não olham, não choram, não riem... O que causaria tamanho isolamento?

A psicanálise nos pareceu a única capaz de dar conta de tal questão, uma vez que a psiquiatria se mantém na descrição dos fenômenos sem indicar a causa dos mesmos.

Na teoria psicanalítica encontramos, no ensino de Lacan, o qual mantém as diretrizes dadas por Freud, um aparato conceitual capaz de direcionar nosso estudo sobre o diagnóstico e a clínica do autismo.

Seguindo a concepção lacaniana sobre estrutura clínica, concluímos que o autismo está situado no campo das psicoses, estando em jogo, como mecanismo principal, a forclusão do Nome-do-Pai.

Ao situar o autismo no campo das psicoses, marcamos, a partir de Pierre Bruno (1991), sua proximidade com a esquizofrenia. Vimos que tanto o autismo quanto a esquizofrenia são determinados pela "não função do desejo materno" o que os situa num tempo lógico anterior à operação de alienação. A distinção fenomenológica entre as duas psicoses seria, então, determinada pelo momento de desencadeamento. Assim sendo, o mecanismo único das psicoses - a forclusão do Nome-do-Pai - apresenta efeitos distintos nos três casos: paranóia, esquizofrenia e autismo.

No caso do autismo vimos que a forclusão do Nome-do-Pai coloca impasses na direção do tratamento, uma vez que a transferência bloqueia, de forma radical, qualquer demanda por parte do sujeito, isto porque o surgimento da demanda no autismo causaria o desaparecimento do Outro. Pode-se dizer que, se é possível que haja um tratamento analítico com uma criança autista, é preciso minimamente mudar a posição transferencial para que um começo de demanda nasça. Em outros termos, a condição necessária ao tratamento com autistas é que o sujeito venha a produzir um balizamento do Outro.

A análise tem efeitos e a causa disto é a posição do analista, o operador na direção do tratamento. Devemos perguntar-nos como o analista poderá fazer operar esse balizamento, fundamental na direção do tratamento no autismo.

Lacan, no decorrer de sua obra, aponta para funções e lugares que o analista deve suportar: função de A (Outro), lugar simbólico, operador da lei, que assegura a possibilidade de o sujeito ir em direção ao seu desejo; função de "semblante de objeto a", lugar do agente do discurso, resto de uma operação simbólica.

De A a "a" o analista opera. Como, então, podemos articular essas funções do analista na direção do tratamento no autismo? Deixamos esta questão em aberto para ser discutida em outro lugar, visto a complexidade do assunto.

No decorrer de nossa dissertação esbarramos ainda numa outra questão: os pais da criança autista na direção do tratamento. Não nos referimos aos pais fantasmáticos que freqüentam o discurso dos analisantes, mas à presença real dos pais.

A função na estrutura é um lugar a ser encarnado concretamente, por um personagem real, para que esta se efetive. Os pais são os agenciadores dessas funções constitutivas, estruturantes, além de suporte material das mesmas. É para isto que Lacan parece apontar ao afirmar que:

"Mas ele [o sujeito] só pode entrar nessa ordem da lei se, ao menos por um instante, tiver diante de si um parceiro real, alguém que trouxe efetivamente ao

nível do Outro algo (...) - alguém que lhe responde" (Lacan, J., [1956-57], 1995p.214).

Mas por que ouvir os pais? Se não há implicação do sujeito em sua própria história, o que justificaria esta escuta?

Ao se aceitar uma criança em análise deve-se considerar que possíveis modificações em seus sintomas acarretarão efeitos para os pais. No caso que nós apresentamos, a análise de Gabriel foi interrompida: não seria uma atuação dos pais? Como pensar a posição do analista na direção desses tratamentos?

Que as perguntas permaneçam. Nossa conclusão deixa questões, que no momento ficam em suspenso, para um posterior desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, S. (1986). O que quer uma Mulher? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BETTELHEIN, B. (1967). A Fortaleza Vazia. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BLEULER, E. (1911). Tratado de Psiquiatria. Madrid: Editora Espasa-calpo, 1967.

BRUNO, P. (1991). Autismo e Psicose Infantil. Conferência proferida em 28/10/91. Biblioteca do Corte Freudiano, Mimeo.

Coord. Organiz. Mund. da Saúde. (1992). Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ELIA, L. (1991). Terá Ela Inconsciente D' Isso?, *Fort Da*, nº1, 17-32. Rio de Janeiro: Revinter.1.

----- (1995). Corpo e Sexualidade em Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Uapê.

Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

----- Projeto para uma Psicologia Científica 1950 [1895],
V.I.

----- Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. Carta 52.
1950 [1892-1899] V.I.

----- A Sexualidade na Etiologia das Neuroses (1898), V.III.

----- A Interpretação de Sonhos (1900), V.IV.

----- Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento
Mental (1911), V XII.

----- . Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise.
(1912), V. XII.

----- O Início do tratamento (1913), V. XII.

----- Além do Princípio de Prazer (1913),, V. XII.

JURANVILLE, A. (1984). Lacan e Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge
Zahar Editor, 1987.

KANNER, L.(1943). Psiquiatria Infantil. Buenos Airies:
Ediciones Sieglo Viente, 1972.

KOEHLER, F.(1983-1988). O Outro quer me perder, in Miller, J.,
A_criança no Discurso Analítico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
Editor, 1991.

Lacan, J.(1953-1954). O Seminário. livro I - Os Escritos
Técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 1979.

-----, (1955-1956). O Seminário. livro III - As Psicoses. Rio
de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

-----, (1956-1957). O Seminário. livro IV - A Relação de
Objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

----- (1959-1960). O Seminário. livro VII - A Ética da
Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

-----, (1960-1961). O Seminário. livro VIII - A Transferência.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

-----, (1962-1963). L'angoisse. Seminário Inédito, Mimeo.

- (1964). O Seminário. livro XI - Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- (1966). Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano, Escritos. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.
- (1966). A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud, Escritos São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.
- (1966) De um Question Preliminar a Todo Tratamento Posible de La Psicosis, Escrito. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 1987.
- (1967) Discours De Cloture Des Journées Sur Les Psychoses Chez L'Enfant. Enfance alienée, Paris, U.G.E., 1968.
- (1969-1970). O Seminário. livro XVII - O Avesso da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- (1972-1973). O Seminário. livro XX - Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

----- (1975). Conferencia em Ginebra sobre el síntoma, Jacques Lacan Intervenciones y Textos. Argentina: Manantial, 1993.

LACAN, J. & outros (1986). A Querela dos Diagnósticos Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989

LEFORT, R.e Lefort, R. (1980). O Nascimento do Outro. Salvador: Editora Fator Livraria, 1990.

----- (1983-1988). O Corpo do Outro: do
significante ao objeto a e de volta, in Miller, J. (org.) A
Criança no Discurso Analítico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
1991.

----- (1995). Resposta de Rosine e Robert
Lefort, **Letra Freudiana. O Autismo, Han\$ n° 2, 14, 145-147.**
Rio de Janeiro: Revinter.

LEITE, N. (1994). Psicanálise e Análise do discurso: o
acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.

MAHLER, M. (1952). Sobre a Psicose Infantil e Esquizofrenia:
psicoses autística e simbiótica da infância, in Mahler, M. As
Psicoses Infantis e outros estudos. Porto Alegre: Artes
Médicas, (1979) 1983.

----- . (1955). Sobre a psicose infantil simbiótica: aspecto genético, dinâmico e de restituição, in Mahler, M. As Psicoses Infantis e outros estudos. Porto Alegre: Artes Médicas, (1979)1983.

----- . (1958). Autismo e Simbiose: duas graves perturbações de identidade, in Mahler, M. As Psicoses Infantis e outros estudos. Porto Alegre: Artes Médicas, (1979)1983.

----- . (1979). As Psicoses Infantis e outros estudos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MELTZER, Donald(1967). O Processo Psicanalítico: da criança ao adulto. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

MILLER, J. (org.). (1983-1988). A Criança no Discurso Analítico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

OGILVIE, B.(1987). Lacan, a formação do conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SAFOUAN, M.(1968). Estruturalismo e Psicanálise. São Paulo Editora Cultrix.

SOLER, C. (1983). Hors discours: autisme et paranoia, **Les fenillets psychanalytique du Courtil n°2**, 9-24. Belgica: Le Courtil Ed., maio de 1990.

TUSTIN, F. (1972). Estados autísticos em crianças. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

----- (1986). Autistic Barriers in Neurotic Patients. London: Karnac Books.

----- (1993). A Perpetuação de um Erro, **Letra Freudiana. O Autismo, Han\$ n° 2**, 14, 63-79. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

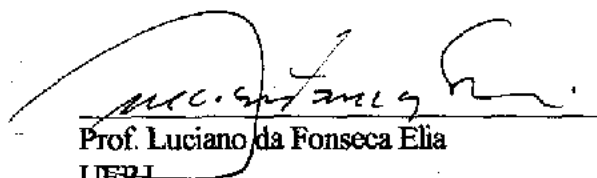
WAELEHENS, A. (1972). A Psicose, ensaio de interpretação analítica e existencial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ZIZEK, S. (1988). O Mais Sublime dos Histéricos, Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

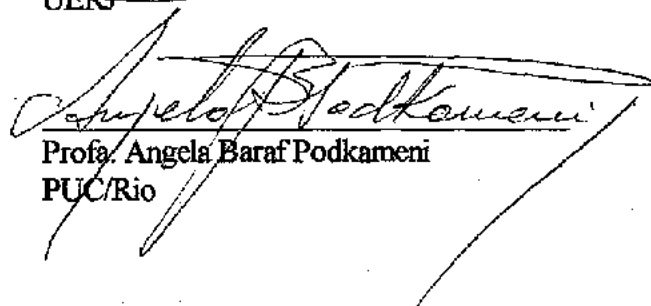
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Flávia Chiapetta de Azevedo intitulada "*O Diagnóstico e a clínica do autismo sob uma ótica psicanalítica*", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



Profª. Terezinha Féres Carneiro
Orientadora - PUC-Rio



Prof. Luciano da Fonseca Elia
UERJ



Profª. Angela Baraf Podkameni
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1996.



Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do